



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CAMPUS SOBRAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIANA ALVES DE OLIVEIRA

**PESQUISA-INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL: PROCESSO DE
FORMAÇÃO DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS**

SOBRAL/CE

2024

MARIANA ALVES DE OLIVEIRA

PESQUISA-INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL: PROCESSO DE FORMAÇÃO
DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Borges
Leão Martins

SOBRAL/CE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O48p Oliveira, Mariana Alves de.
Processo de formação em educação sexual para orientadores educacionais em Sobral-Ce / Mariana Alves de Oliveira. – 2024.
34 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins.
1. Educação sexual. 2. Políticas públicas. 3. Psicologia. I. Título.

CDD 150

MARIANA ALVES DE OLIVEIRA

PESQUISA-INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL: PROCESSO DE FORMAÇÃO
DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas.

Aprovada em: __ / __ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Borges Leão Martins (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Juliana Vieira Sampaio
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Mary Neide Damico Figueiró
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

A presente pesquisa investiga a Educação Sexual no contexto das políticas públicas em Sobral, Ceará, focando nas seguintes frentes de ação: mapeamento das iniciativas locais, planejamento e realização de um processo de formação em Educação Sexual, análise das experiências de orientadores educacionais com a temática e avaliação do processo formativo. Dados da Pesquisa Nacional dos Escolares destacam a urgência dessas ações, com altos índices de iniciação sexual precoce e situações de violência sexual com adolescentes. Os orientadores educacionais participaram de um curso de 40 horas, combinando aulas presenciais e online, alinhado com a abordagem emancipatória de Nunes, modelo de Mary Neide Figueiró para formação de educadores sexuais e diretrizes da UNESCO. Além disso, buscou-se entender quais demandas esses profissionais lidam no dia a dia, para assim construir um programa colaborativo que atendesse às necessidades específicas do cotidiano escolar municipal sobralense. A pesquisa adotou, como metodologias de levantamento de dados, questionários e diários de campo, analisados por Análise de Conteúdo de Bardin. Resultados foram categorizados e discutidos nas seguintes categorias: Formação de Educadores Sexuais; Iniciativas em Educação Sexual já existentes; Dificuldades do trabalho em Educação Sexual; Conservadorismo; Contradições no modelo de educação e Pertinência das políticas públicas em Educação Sexual. O mapeamento revelou iniciativas importantes, porém dispersas, indicando a necessidade de sistematização de um programa intersetorial para fortalecer práticas educacionais e de saúde do adolescente. A ênfase em campanhas de prevenção à gravidez na adolescência e ao abuso sexual reflete uma abordagem limitada frente a questões complexas de saúde sexual, como o conservadorismo e cultura do estupro. A formação em Educação Sexual buscou validar, aprofundar e refinar habilidades existentes, promovendo um ambiente de troca de experiências que pode reduzir a sensação de impotência. Apesar do reconhecimento da necessidade de mais tempo presencial para aprofundar os temas, a metodologia mostrou-se eficaz na promoção de discussões significativas. Os objetivos estabelecidos foram alcançados, criando linhas de articulação teórico-práticas para a formação dos orientadores educacionais, adaptadas às realidades específicas de Sobral. Em síntese, este estudo contribui para pesquisas futuras sobre formação de educadores sexuais e para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes em Educação Sexual.

Palavras-chave: educação sexual; políticas públicas; psicologia.

ABSTRACT

This research investigates Sexual Education in the context of public policies in Sobral, Ceará, focusing on the following fronts of action: mapping local initiatives, planning and carrying out a training process in Sexual Education, analysis of the experiences of educational counselors with the topic and evaluation of the training process. Data from the National School Survey highlight the urgency of these actions, with high rates of early sexual initiation and situations of sexual violence. The educational advisors participated in a 40-hour course, combining face-to-face and online classes, aligned with Nunes' emancipatory approach, Mary Neide Figueiró's model for training sex educators and UNESCO guidelines. Furthermore, we sought to understand what demands these professionals deal with on a daily basis, in order to build a collaborative program that met the specific needs of everyday municipal schools in Sobral. The research adopted, as data collection methodologies, questionnaires and field diaries, analyzed by Bardin Content Analysis. Results were categorized and discussed in the following categories: Training of Sex Educators; Existing Sexual Education initiatives; Difficulties of working in Sexual Education; Conservatism; Contradictions in the education model and relevance of public policies in Sexual Education. The mapping revealed important, but scattered, initiatives, indicating the need to systematize an intersectoral program to strengthen educational and adolescent health practices. The emphasis on campaigns to prevent teenage pregnancy and sexual abuse reflects a limited approach to complex sexual health issues, such as conservatism and rape culture. Training in Sexual Education sought to validate, deepen and refine existing skills, promoting an environment for exchanging experiences that can reduce the feeling of impotence. Despite recognizing the need for more face-to-face time to delve deeper into the topics, the methodology proved to be effective in promoting meaningful discussions. The established objectives were achieved, creating theoretical-practical lines of articulation for the training of educational advisors, adapted to the specific realities of Sobral. In summary, this study contributes to future research on the training of sex educators and to the development of effective public policies in Sex Education.

Keywords: sexual education; public policy; psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PSE	Programa Saúde na Escola
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	13
2 TRAJETÓRIA DE PESQUISA	18
3 METODOLOGIA	22
3.1 Tipo de estudo	22
3.2 Participantes	22
3.3 Procedimentos e instrumentos	22
3.3.1 Planejamento das oficinas	23
3.3.1.1 Encontro 1	23
3.3.1.2 Encontro 2	23
3.3.1.3 Encontros 3 e 4	23
3.3.1.4 Encontro 5	24
3.3.1.5 Encontro 6	24
3.3.2 Processo de criação da Biblioteca Virtual	24
3.3.3 Procedimentos éticos	25
3.4 Metodologia de análise de dados	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 Descrição das oficinas realizadas	26
4.1.1 Encontro 1	26
4.1.2 Encontro 2	26
4.1.3 Encontros 3 e 4	27
4.1.4 Encontro 5	28
4.1.5 Encontro 6	29
4.2 Análise de dados	30
4.2.1 Formação de educadores sexuais	30
4.2.2 Iniciativas em educação sexual já existentes	32
4.2.3 Dificuldades do trabalho em educação sexual	35
4.2.4 Conservadorismo	37
4.2.5 Contradições no modelo de educação	39
4.2.6 Biblioteca virtual	40
4.2.7 Pertinência das políticas públicas em Educação Sexual	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	48
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	51
APÊNDICE C – AVALIAÇÃO FINAL DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL	52
APÊNDICE D – REGISTRO DOS DIÁRIOS DE CAMPO	53

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação, intitulada “Pesquisa-Intervenção em Educação Sexual: Processo de Formação de Orientadores Educacionais”, foi realizada em formato de artigo e tem como temática a Educação Sexual no contexto das políticas públicas em Sobral, Ceará. O trabalho foi estruturado em quatro frentes principais: o mapeamento das iniciativas locais, o planejamento e a realização de um processo de formação em Educação Sexual, a análise das experiências dos orientadores educacionais sobre o tema e a avaliação do processo formativo. A urgência dessas ações é evidenciada pelos dados da Pesquisa Nacional dos Escolares, que apontam altos índices de iniciação sexual precoce e casos de violência sexual envolvendo adolescentes.

Para a formação dos orientadores educacionais, foi realizado um curso de 40 horas que combinou aulas presenciais e online. Este curso estava alinhado com a abordagem emancipatória proposta por Nunes, o modelo de formação de educadores sexuais de Mary Neide Figueiró e as diretrizes da UNESCO. Além disso, o estudo buscou compreender as demandas enfrentadas por esses profissionais no dia a dia escolar, com o objetivo de construir um programa colaborativo que atendesse às necessidades específicas do cotidiano educacional de Sobral.

A pesquisa utilizou questionários e diários de campo como metodologias de levantamento de dados, que foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados obtidos foram categorizados e discutidos em seis principais áreas: Formação de Educadores Sexuais, iniciativas em Educação Sexual já existentes, dificuldades enfrentadas no trabalho com Educação Sexual, conservadorismo, contradições no modelo educacional e a pertinência das políticas públicas em Educação Sexual.

Os mapeamentos realizados revelaram a existência de iniciativas significativas, embora dispersas, indicando a necessidade de sistematização de um programa intersetorial. Isso se torna essencial para fortalecer práticas educacionais e de saúde voltadas para os adolescentes. A pesquisa ainda destaca que a ênfase em campanhas de prevenção à gravidez na adolescência e ao abuso sexual representa uma abordagem limitada, considerando a complexidade das questões relacionadas à saúde sexual, como o conservadorismo e a cultura do estupro.

A formação em Educação Sexual teve como objetivo validar, aprofundar e refinar as habilidades dos orientadores educacionais, promovendo um ambiente propício para a troca de experiências que possa ajudar a reduzir a sensação de impotência enfrentada por esses profissionais. Apesar da necessidade de mais tempo presencial para aprofundar os temas abordados, a metodologia utilizada mostrou-se eficaz na promoção de discussões significativas.

Na introdução, apresento a Educação Sexual como um processo de ensino e aprendizagem que envolve aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais. Seu objetivo é desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em crianças e adolescentes, promovendo sua autonomia em relação à saúde e ao bem-estar. A Educação Sexual deve fornecer informações abrangentes e apropriadas à idade, sendo trabalhada de maneira sistemática ao longo do tempo, e não apenas por meio de intervenções pontuais. A pesquisa da UNESCO de 2016 comprova que programas de Educação Sexual ajudam a adiar a iniciação sexual e aumentam o conhecimento sobre gravidez e infecções sexualmente transmissíveis, enfatizando a importância dessa educação em todas as fases da vida.

Como mulher bissexual e sexóloga, sou sensível ao sofrimento causado pela desinformação e pelo preconceito relacionados a gênero e sexualidade. Ao longo da minha formação, percebi a necessidade de um maior aprofundamento teórico e prático em ações de Educação Sexual que gerassem um impacto positivo na sociedade. Para isso, retomei os estudos de Michel Foucault e as contribuições de Deborah Britzman sobre a relação entre sexualidade e currículo. Busquei referências em Educação Sexual no Brasil, destacando o trabalho de Mary Neide Damico Figueiró, que promove uma visão inclusiva e respeitosa da diversidade e dos direitos sexuais.

A pesquisa também aborda a diferenciação entre Educação Sexual Formal e Informal, destacando como ambas influenciam a formação dos indivíduos. Dados da Pesquisa Nacional dos Escolares revelam padrões alarmantes sobre a iniciação sexual precoce e a falta de uso de preservativos entre os jovens, indicando uma necessidade urgente de políticas públicas que promovam a saúde sexual e reprodutiva. Com base nas lacunas identificadas na legislação e nas práticas educacionais, busco investigar como as leis e regulamentos podem se converter em políticas públicas efetivas para adolescentes na rede pública de ensino em Sobral, Ceará, e como um processo de formação de educadores sexuais pode contribuir para essa transformação.

Em seguida, apresento a trajetória de pesquisa que desenvolvi em Sobral, uma cidade no Ceará que sempre teve um lugar especial no meu coração, pois é onde passei muitas férias durante a minha infância, na casa dos meus avós. Com uma população de aproximadamente 230.000 habitantes e reconhecida por suas políticas educacionais, Sobral se destaca pelo seu comprometimento com a qualidade do ensino, medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde frequentemente ocupa posições de destaque nacional. Ao considerar a importância da Educação Sexual, decidi investigar como as políticas e ações estão sendo implementadas nesse município. Para mim, era essencial que a pesquisa fosse não apenas uma busca acadêmica, mas também uma forma de contribuir com a comunidade, promovendo

o conhecimento e as práticas que poderiam transformar a realidade local, alinhando meu interesse individual às necessidades coletivas.

Durante minha investigação, identifiquei diversas iniciativas em Educação Sexual em Sobral, como o Programa Saúde na Escola e o projeto Flor do Mandacaru, que buscam promover a saúde sexual e reprodutiva entre os jovens. Essas experiências me permitiram perceber a interseção entre saúde e educação, e a importância de construir um diálogo entre as Secretarias Municipal de Saúde e Educação. Infelizmente, a mudança na gerência do projeto Flor do Mandacaru em 2023 dificultou a continuidade dessas ações integradas, causando um sentimento de frustração e tristeza, não apenas pela perda da parceria, mas também pela fragilização dos vínculos que haviam sido construídos. No entanto, essa experiência também me motivou a planejar ações de formação em Educação Sexual voltadas para os Orientadores Educacionais, enfatizando a responsabilidade da universidade em colaborar na formação de educadores e na promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade.

O capítulo seguinte apresenta a metodologia do trabalho que desenvolvi em minha pesquisa-intervenção com orientadores educacionais do ensino fundamental II na rede pública. Ao abordar essa temática, percebi que a neutralidade e a objetividade do pesquisador são conceitos complexos, uma vez que a realidade social não se encaixa facilmente em categorias bem definidas. Essa reflexão me levou a adotar uma abordagem que reconhece as nuances da vida das mulheres, das crianças e dos grupos marginalizados, enfatizando a importância de uma teorização que seja sensível ao contexto. Com um grupo de treze participantes, composto por dez mulheres e três homens, busquei entender as demandas diárias enfrentadas pelos orientadores, considerando a diversidade de experiências e a necessidade de uma formação colaborativa em Educação Sexual.

Para estruturar essa formação, desenvolvi um programa de 40 horas que abordou temas cruciais como questões de gênero, diversidade sexual e saúde reprodutiva, sempre com a preocupação de criar um ambiente acolhedor e aberto para o diálogo. Utilizei metodologias ativas, como a Roda de Conversa e atividades lúdicas, para facilitar a troca de experiências e a construção conjunta do conhecimento. Também elaborei questionários para captar a evolução do aprendizado e um diário de campo para registrar minhas observações e reflexões ao longo do processo. Além disso, criei uma Biblioteca Virtual com recursos variados, permitindo que os participantes se aprofundassem nos temas de maneira autônoma e significativa. Para garantir a ética na pesquisa, submeti o projeto ao Comitê de Ética e assegurei o consentimento informado dos participantes, garantindo a confidencialidade dos dados coletados. Essa metodologia buscou não apenas formar educadores, mas também fomentar uma cultura de diálogo e reflexão em

torno da Educação Sexual nas escolas de Sobral.

Finalizo o estudo apresentando os resultados e discussões obtidos a partir das oficinas realizadas com os orientadores educacionais. No primeiro encontro, busquei conhecer melhor os profissionais, seus desafios e o que esperavam do curso. Essa interação inicial foi fundamental para moldar o restante da formação de maneira colaborativa, destacando a importância do espaço para a troca de experiências. O feedback dos participantes foi enriquecedor, revelando a necessidade de abordar a Educação Sexual em um ambiente acolhedor, onde se sentissem à vontade para discutir suas preocupações e inseguranças. Durante o segundo encontro, as dramatizações permitiram que eles explorassem argumentos e sentimentos em relação à divisão de responsabilidades entre família e escola na educação sexual. Essa atividade gerou um espaço de reflexão sobre as posturas agressivas que muitas vezes encontram, evidenciando a importância de desenvolver estratégias de diálogo e acolhimento diante dessas resistências.

À medida que os encontros avançaram, os participantes tiveram a oportunidade de trabalhar com situações reais do cotidiano escolar, aprofundando-se nos subtemas relevantes da Educação Sexual. A realização das atividades de microensino no quinto encontro foi um ponto alto da formação, onde pude observar o engajamento e a criatividade dos educadores ao adaptarem as propostas às suas realidades. Os feedbacks positivos e as sugestões de melhorias reforçam a importância de um espaço formativo que contemple tanto a teoria quanto a prática, permitindo que os orientadores se sintam mais preparados para abordar questões complexas em suas escolas. O sentimento geral foi de que a formação contribuiu significativamente para ampliar suas perspectivas sobre a sexualidade, transformando essa abordagem em uma parte essencial de seu trabalho pedagógico. No entanto, a demanda por mais tempo para discussões e aprofundamento evidencia a necessidade de uma formação contínua e mais extensa, que realmente possibilite a reflexão e o desenvolvimento das habilidades necessárias para uma educação sexual efetiva e sensível às diversidades presentes nas escolas.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Sexual é um processo de ensino e de aprendizagem, que considera aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais, com o objetivo de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em crianças e adolescentes de forma a fornecer-lhes autonomia para garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade, além de considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas. Esse tipo de Educação possibilita escolhas sexuais e afetivas seguras e responsáveis, livres de coerção e de violência. Oferece, ainda, informações abrangentes, precisas, fundamentadas e apropriadas para a idade. Os tópicos devem ser trabalhados ao longo do tempo de forma sistemática e contínua, e não por meio de intervenções pontuais (UNESCO, 2019).

Em 2016, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizou uma extensa revisão de evidências científicas que comprova que programas de Educação Sexual contribuem para que as atividades sexuais ocorram cada vez mais tarde ou de forma protegida com o uso de meios contraceptivos. Ademais, os/as jovens apresentam mais conhecimento sobre gravidez e sobre infecções sexualmente transmissíveis (UNESCO, 2019). Vale salientar que a educação sexual não deve se restringir a crianças e adolescentes, pois todas as fases do desenvolvimento, como vida adulta e envelhecimento, podem se beneficiar do acesso a informação de qualidade e de espaços de troca, diálogo e crescimento sobre autoestima, relacionamentos e sexualidade. Ela ajuda a promover conhecimento, habilidades e atitudes que são fundamentais para viver uma sexualidade saudável e satisfatória em todas as idades. Destaca-se que as abordagens devem ser adaptadas às necessidades e circunstâncias de cada faixa etária para garantir que todos tenham acesso a informações e recursos apropriados.

Como mulher bissexual, sexóloga e terapeuta de casais, sou muito sensível ao sofrimento, à violência e outras consequências negativas que o preconceito e a desinformação em relação à gênero e sexualidade geram. Na formação em terapia sexual e na especialização em sexologia aprendi como ajudar pessoas e casais a enfrentarem essas dificuldades em seus contextos cotidianos. Entretanto, sentia falta de maior aprofundamento teórico e prático em ações em educação sexual que pudessem gerar impacto positivo mais ampliado na sociedade como um todo, inclusive prevenindo agravos psicossociais e de saúde. A partir disso, reuni autores que trabalhem essa questão.

Iniciei esse percurso retomando os estudos de Michel Foucault, para quem não existe uma natureza verdadeira ou essencial do sexo a ser descoberta e sim uma história de como este

entrou no discurso e se tornou vinculado ao aparato saber-poder-prazer, a partir do texto *Curiosidade, sexualidade e currículo* de Deborah Britzman (2000). Para ela é a dinâmica dessa tríade que fundamenta modelos críticos de Educação Sexual, que aproximam à perspectiva sobre sexo de emancipação, de libertação e de domínio do próprio destino. A partir dessa base, a sexualidade é pensada não como desenvolvimento e identidade, mas como historicidade e relação.

Buscando referências em Educação Sexual no Brasil, conheci o trabalho de Mary Neide Damico Figueiró cujas obras têm sido fundamentais para ampliar o debate sobre sexualidade e gênero nas políticas públicas educacionais brasileiras, promovendo uma visão inclusiva que respeita a diversidade e os direitos sexuais. Ao integrar princípios de igualdade de gênero, respeito mútuo e promoção da saúde sexual, Figueiró inspira a implementação de práticas educativas que visam não apenas informar, mas também preparar os/as jovens para tomadas de decisões conscientes e responsáveis. Mary Neide Damico Figueiró (2001; 2018) compromete-se com a Educação Sexual emancipatória e tem nessa vertente sua bandeira de luta e de trabalho. Ela pautou-se nos estudos de Maria Amélia Azevedo Goldberg que propõe a Educação Sexual emancipatória, em seu livro *Educação Sexual: uma proposta, um desafio*. Nessa obra a autora usa o termo “política”, que depois muda para emancipatória. Também tem como base os estudos de Foucault e outros autores vinculados à Teoria Crítica

A partir da obra “Formação de Educadores Sexuais: Adiar não é mais possível” (Figueiró, 2014), conheci os paradigmas 5 paradigmas de entendimento da sexualidade propostos por Nunes (1996) e descritos abaixo:

1. Concepção médico-biologista: considera a natureza como determinante da condição humana, através da biologia e da procriação.
2. Concepção terapêutico-descompressiva: a sexualidade se resume a uma fonte de prazer e gratificação, vista de forma subjetivista, psicologizante e individual.
3. Normativa-institucional: Divide comportamentos sexuais em permitidos ou proibidos, dessa forma a educação sexual deve compartilhar normas reguladoras.
4. Consumista-quantitativa: sexualidade transformada em produtividade, relacionada a alienação do afeto e apelos do marketing.
5. Dialética-política: a Educação Sexual caracteriza-se pelo compromisso com a transformação social, fomentando discussões sobre poder, gênero, relacionamentos, diferença e respeito às minorias. É essa perspectiva que buscamos fortalecer a partir do presente trabalho.

Nesse processo de investigação teórica, destacou-se a diferenciação entre Educação Sexual Formal e Educação Sexual Informal. Figueiró (2014) defende, a partir da classificação criada por Werebe no início da década de 1980 que a educação sexual formal refere-se a ações estruturadas, sistemáticas e planejadas, oferecidas em ambientes acadêmicos ou não. Já a educação sexual informal inclui o aprendizado não estruturado que acontece durante toda a vida do indivíduo através de conversas familiares, conversas com amigos, mídias sociais, internet e interações cotidianas. Vale registrar que até o “silêncio” sobre determinados temas na família ou na igreja, por exemplo, também é uma forma de Educação Sexual informal, nesse caso negativa, em geral. O relacionamento dos pais em casa, como um casal, e a forma como o/a genitor/a trata a criança também podem se configurar como Educação Sexual Informal.

Após investigar os principais conceitos de Educação Sexual, é necessário considerar as estatísticas associadas ao tema no Brasil. Os dados da Pesquisa Nacional dos Escolares servem para orientar diversas políticas, inclusive de atenção à saúde sexual e reprodutiva dos/das adolescentes no Brasil, monitorando, por exemplo, padrões de comportamento sexual dos/das escolares desde a iniciação sexual e práticas seguras, assim como o acesso deles às informações relativas à saúde sexual e reprodutiva (Brasil, 2019). A última publicação de resultados (Brasil, 2019) indica que 35,4% dos/das escolares de 13 a 17 anos de idade já tiveram relação sexual alguma vez. Entre os/as adolescentes que já tiveram relação sexual, 36,6% deles tiveram a primeira relação sexual com 13 anos de idade ou menos¹. Os percentuais de iniciação sexual precoce foram significativamente mais elevados para os meninos (44,7%) e escolares da rede pública (37,4%). A Pesquisa Nacional dos Escolares (IBGE, 2019) indica como início sexual precoce quando acontece antes dos 13 anos de idade. A idade da primeira relação sexual é um aspecto importante que revela uma nova etapa no processo de desenvolvimento, e pode estar relacionada com práticas sexuais não seguras.

O uso de camisinha ou preservativo na primeira relação sexual aconteceu em apenas 63,3% dos/das escolares (IBGE, 2019). A análise dos resultados de uso de camisinha ou preservativo na primeira relação sexual segundo os grupos de idade revelou uma característica preocupante que é o menor percentual de uso de camisinha entre escolares com idade de 13 a 15 anos (61,8%) em comparação com o grupo de escolares de 16 a 17 anos (64,5%). Esses resultados indicaram que parcela significativa iniciou a vida sexual sem se preocupar com a prática do sexo seguro. Uma preocupação que se reduz, inclusive, com o tempo, considerando

¹ Segundo o Art. 217-A do Código Penal Brasileiro, a relação sexual com menores de 14 anos é classificada como crime e abuso de vulnerável, pois essa faixa etária não tem maturidade suficiente para consentir validamente a atos sexuais, tornando tais relações uma forma de exploração e abuso.

que o percentual de uso de camisinha ou preservativo na última relação sexual diminuiu.

Os resultados indicaram que 14,6% dos/das escolares de 13 a 17 anos alguma vez na vida foram tocados, manipulados, beijados ou vivenciaram situações de exposição de partes do corpo contra a sua vontade. As meninas foram as que mais reportaram este tipo de violência (20,1%), cujo percentual era mais do que o dobro do valor observado para os meninos (9,0%). Vale ressaltar que em 68,2% dos casos de relação sexual forçada o escolar tinha 13 anos ou menos quando ocorreu a violência. Os resultados da pesquisa revelam que muitas vezes os atos de violência ocorrem em ambiente doméstico ou há alguma relação de afetividade entre a vítima e o agressor, o que faz com que esses casos em grande parte não sejam denunciados. Tais aspectos são fundamentais para subsidiar políticas públicas de prevenção e promoção da saúde voltadas para os/as adolescentes, bem como para a preservação dos direitos humanos deste grupo (IBGE, 2019).

Segundo a Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade, além de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

O ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Brasil, 1988). Esses princípios são reforçados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Em seu estudo sobre a educação sexual nos documentos das políticas de educação, Barbosa, Viçosa e Folmer (2019) argumentam que reformular as abordagens pedagógicas estabelecidas ao longo dos anos e introduzir novas práticas não é uma tarefa simples, porém é imprescindível transformar o atual panorama das propostas curriculares no Brasil. Tendo em vista a importância desse tema, é essencial avançar nas reflexões sobre os progressos e retrocessos relacionados à abordagem da sexualidade e da educação sexual nos documentos oficiais, visando a formação de cidadãos conscientes, sem preconceitos e tabus, capazes, acima de tudo, de valorizar e respeitar as diferenças.

Ao revisar os documentos legais que amparam as políticas públicas de educação temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1997, que citam Orientação Sexual – nomenclatura, atualmente em desuso, que já foi utilizada como sinônimo de Educação Sexual – como um tema transversal de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-

2010 incluía nas diretrizes curriculares as abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais. Questões de sexualidade estavam presentes em seus objetivos e metas para os cursos de formação docente. Já o Plano Nacional de Educação de 2014-2024 não cita questões de gênero e sexualidade e limita-se a definir o objetivo de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, sem descrever como isso deverá ser alcançado. Finalizada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os/as estudantes brasileiros (as) devem desenvolver ao longo de sua vida escolar. Apesar de não citar Educação Sexual, quase todas as competências básicas podem ser relacionadas ao tema. A BNCC indica apenas conteúdos de ciências relativos à sexualidade no currículo escolar do 8^a ano na disciplina de ciência e no 9^a ano na disciplina de História.

É necessário que as leis e regulamentos se convertam em políticas públicas efetivas. Ainda há um longo caminho a percorrer em termos de legislação, pesquisa teórica e implementação prática, no que se refere à promoção da saúde sexual e reprodutiva, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, fomento da igualdade de gênero e prevenção da violência sexual e de gênero. De que forma as leis e regulamentos referentes a Educação Sexual se convertem em políticas públicas para os/as adolescentes da rede pública de ensino no município de Sobral-Ce e de que forma um processo de formação de educadores sexuais a partir de uma abordagem dialética-política pode colaborar com esse processo? Dessas perguntas surge o desejo e a necessidade de propor a presente pesquisa-intervenção.

2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Sobral, localizada no Ceará, com aproximadamente 2.217 km², é um dos principais centros urbanos da região Norte do estado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Sobral é estimada em cerca de 230.000 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). A cidade é reconhecida por suas políticas educacionais, principalmente no ensino fundamental, que é responsabilidade da gestão municipal. A qualidade do ensino é medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual Sobral se destaca entre os melhores resultados do país (IDEB, 2024). Em 7 das 8 edições realizadas, recebeu o Selo Unicef (2024), iniciativa promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que visa incentivar e reconhecer avanços concretos na promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal no Brasil.

Considerando seu destaque na educação básica, decidi investigar como acontecem as políticas e ações em Educação Sexual neste município. Além disso, Sobral representa para mim um lugar afetivo, cheio de boas memórias, onde sempre moraram meus avós maternos, já falecidos, de quem sinto muita saudade, e onde passei boa parte das minhas férias escolares na infância e adolescência. Desde sempre projetei um processo de investigação implicado e interventivo, em que eu pudesse contribuir com a comunidade a partir do conhecimento construído antes, durante e depois da pesquisa, ao mesmo tempo que era também afetada por essa comunidade. Pesquisar Educação Sexual, de forma interventiva, em Sobral me conecta com valores como educação integral, justiça social, comunidade, trabalho significativo, interiorização da educação e família. Conhecendo o mestrado profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, que já tinha uma parceria consolidada com a Secretaria de Educação e professoras voltadas para pesquisas em sexualidade, entendi que ali poderia acontecer um bom casamento entre o meu interesse individual, uma necessidade coletiva e um contexto favorável à aprendizagem e construção de novos horizontes.

Identificamos uma variedade de ações promovidas por diferentes programas e projetos no campo da Educação Sexual para adolescentes em Sobral, incluindo o Programa Saúde na Escola, o Projeto Flor do Mandacaru, Projeto + Papo + Atitude do Governo do Estado – em que estagiários de Psicologia realizam rodas de conversas durante os intervalos da escola e Projetos de Extensão Universitária, como o projeto Travessias – com ações sobre Diversidade Sexual em espaços públicos – e o Núcleo Susex, que promove atividades de saúde sexual e reprodutiva

em equipamentos da rede pública de saúde e assistência, centros socioeducativos e de organizações da sociedade civil. Além disso, identificamos esforços individuais de professores e professoras que ministram disciplinas opcionais durante o contraturno escolar. Pretendemos agora apresentar as ações que se destacaram no processo da pesquisa- intervenção.

Desenvolvido em parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação, o Programa Saúde na Escola (PSE) colabora para a prevenção de doenças, a promoção da saúde, a educação sexual, a alimentação saudável, a atividade física e o combate ao uso de drogas, entre outros temas relevantes para o bem-estar dos/das estudantes. A equipe geralmente é composta por profissionais das áreas de saúde e educação, que trabalham em conjunto para promover a saúde e o bem-estar dos alunos nas escolas. Em Sobral, o PSE desenvolve, de forma pontual, atividades de educação sexual em parceria com as escolas, principalmente em campanhas pontuais de prevenção à gravidez na adolescência e prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Já o Flor do Mandacaru é um projeto em saúde sexual e reprodutiva vinculada a Estratégia Trevo de Quatro Folhas, formulada e posta em prática desde 2008 através da Secretaria Municipal de Saúde de Sobral. Tem como objetivo oferecer escuta, acolhimento e apoio para as demandas de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos do município de Sobral. O Flor oferece oficinas de Saúde Sexual e Reprodutiva para as escolas municipais e estaduais. Foi reconhecido como iniciativa inovadora na Atenção Primária à Saúde no Prêmio APS Forte, do Ministério da Saúde.

A Semana Municipal de Prevenção à Gravidez na Adolescência, recomendada pelo Ministério da Saúde é realizada pela Estratégia Trevo de Quatro Folhas, tem como principal objetivo reduzir o número de casos de gravidez na adolescência e, conseqüentemente, diminuir as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento de estudantes na trajetória escolar. No ano de 2023, Sobral atingiu a menor taxa de gravidez na adolescência dos últimos anos: 7,93 (Prefeitura de Sobral, 2023).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde (Brasil, 2023), a gravidez durante a adolescência traz consigo um aumento significativo nos riscos de complicações tanto para a mãe quanto para o bebê, além de poder agravar questões socioeconômicas já existentes. Entre os riscos para a adolescente grávida, destacam-se uma maior probabilidade de mortalidade materna. Já para o recém-nascido, há um aumento no risco de desenvolver anomalias graves, problemas congênitos ou sofrer traumatismos durante o parto, como asfixia ou paralisia cerebral. Adicionalmente, a gravidez na adolescência pode resultar em outros desafios, como falta de apoio familiar, ausência de amamentação, recusa ou abandono

pelo parceiro, vulnerabilidade social, pobreza e interrupção da educação, o que dificulta a inserção futura da mãe no mercado de trabalho.

Considerando a equipe, as ações já existentes e a potencialidade do Flor do Mandacaru, foi negociada em 2022 uma parceria entre o projeto e o mestrado profissional em psicologia e políticas públicas da UFC. Realizamos então, durante um ano, serviço de assessoria, como produto técnico do mestrado, com o objetivo de fortalecer e consolidar os serviços oferecidos pelo projeto. Também foi acordado com o gerente do Flor que todo o processo de pesquisa-intervenção e formação de educadores seria realizado em parceria, entretanto não houve orientação de que isso deveria ser formalizado com a Secretaria de Saúde.

A partir dessas ações, observamos que as políticas públicas em Educação Sexual acontecem na intersecção entre saúde e educação. Por isso buscamos afinar a comunicação e os alinhamentos entre Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, a partir de reuniões com os secretários, a pesquisadora e profissionais da equipe do Flor, com o objetivo de sensibilizar os secretários sobre a importância da Educação Sexual e a necessidade de construção de uma política intersetorial.

Entretanto, infelizmente, após diversas reuniões, devido à mudança na gerência do projeto Flor do Mandacaru em 2023, não foi possível dar continuidade a essa integração. O gerente, que até então havia sido colaborativo, optou por sair do cargo e a nova gerente do Flor decidiu encerrar a parceria estabelecida. Talvez a formalização anterior desse processo com a secretaria de Saúde poderia ter evitado essa quebra, entretanto isso não havia sido solicitado anteriormente. Esse desfecho provocou sentimentos de estranhamento, tristeza e frustração entre os pesquisadores e trabalhadores, pois representou não apenas desperdício de recursos, mas também fragilização dos vínculos estabelecidos e potencialidades, como, por exemplo, a continuidade das ações formativas após o período prescrito para a pesquisa.

Pesquisas anteriores apontam como dificuldades para a implementação de estratégias de Educação Sexual as crenças sexistas e religiosas de mães, pais, professoras e professores, que compreendem alguns comportamentos sexuais como desvios, o receio de represália da comunidade escolar e o desconforto em lidar com a temática (Furlanetto *et al.*, 2018), além da falta de educação continuada em temas relacionados à sexualidade (Silva; Megid Neto, 2006). No processo de pesquisa observamos também dificuldade relacionada à rotatividade dos trabalhadores nos serviços públicos que pode gerar descontinuidade das ações.

Considerando esse panorama, planejamos realizar formação em Educação Sexual com professores e professoras da rede municipal de Sobral, Ceará. Entretanto, em negociação com a Secretaria de Educação, a pesquisadora foi incentivada a trabalhar com os Orientadores

Educacionais. Cargo criado pela Lei Municipal nº 1.704/17, o Orientadores Educacional, com pré-requisito de graduação em Psicologia, visa apoiar a gestão escolar e os docentes nas demandas de desenvolvimento pessoal do estudante através das habilidades socioemocionais. Nessa oportunidade foi enfatizada a importância de que ações de formação continuada, que respondem diretamente a necessidades laborais, aconteçam durante o horário de trabalho. Também foi definido que seriam selecionados os orientadores que trabalham com Fundamental II, delimitando a área de formação em educação sexual para adolescentes.

É responsabilidade da universidade colaborar na formação de educadores, em parceria com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. A Educação Sexual, em uma abordagem emancipatória, se destaca pelo compromisso com a transformação social, estimulando debates sobre poder, gênero, relacionamentos, diversidade e respeito às minorias (Figueiró, 2014).

Tendo em vista a legislação vigente, os dados da Pesquisa Nacional do Escolar, os estudos anteriores, e a relevância do tema para a saúde sexual, justifica-se a necessidade da pesquisa-intervenção: Formação de Orientadores Educacionais em Educação Sexual.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

Pesquisa-intervenção com orientadores educacionais do ensino fundamental II da rede pública. A pesquisa-intervenção questiona a neutralidade e a objetividade do pesquisador, enfatizando a importância da reflexão sobre suas próprias implicações no processo. A complexidade da realidade social muitas vezes não se encaixa facilmente em categorias bem definidas para compreender as condições das mulheres, das famílias, das crianças e dos grupos marginalizados, o que demanda um constante desafio de teorização (Rocha; Aguiar, 2003).

3.2 Participantes

Participaram do estudo orientadores educacionais que trabalham com ensino fundamental II da rede pública. Não houve restrição quanto à idade ou gênero. Foi considerado critério de inclusão interesse em participar da formação. Quanto aos critérios de exclusão, consideramos os profissionais de férias ou afastados. Dessa forma, o estudo contou com treze participantes, sendo dez mulheres e três homens. Seis participantes responderam ter como estado civil solteiro e sete como casada ou união estável, tendo a idade variado de 28 a 36 anos. Nove orientadores responderam os dois questionários, enquanto quatro responderam apenas ao questionário inicial da pesquisa.

3.3 Procedimentos e instrumentos

A formação em Educação Sexual dos Orientadores Educacionais contou com 18 horas de aulas presenciais e com conteúdo online, totalizando certificado de 40 horas de aula. Os temas escolhidos e as metodologias de ensino utilizadas foram definidos de acordo com as Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade (UNESCO, 2019) e com a tese A Formação de educadores sexuais: possibilidades e limites (2001) de Mary Neide Damico Figueiró. Além disso, buscamos entender quais demandas esses profissionais lidam no dia a dia, para assim construir um programa colaborativo que atenda às necessidades específicas do cotidiano escolar municipal sobralense.

Foram abordados os seguintes temas, a saber, (1) Cuidando dos Relacionamentos; (2) Questões de Gênero; (3) Diversidade Sexual; (4) Prevenção à violência; (5) Saúde Sexual e

Reprodutiva. Esses temas se relacionam intimamente com a matriz de habilidades socioemocionais já trabalhadas pelos orientadores educacionais. A formação configura-se então como mais uma oportunidade de aprofundar conhecimento em como desenvolver essas habilidades no dia a dia escolar.

A proposta foi construir espaços abertos e acolhedores para expressão de dúvidas, medos e experiências. A pesquisadora Mariana foi responsável pela facilitação das oficinas, utilizando recursos lúdicos e dialógicos, de forma que a sala de aula pudesse se aproximar da dinâmica da sexualidade e do cuidado de si, como proposto por Britzman (2000).

Foram elaborados questionários a partir da tese de Mary Neide Figueiró (2001) e aplicados no início e no final do processo de formação. Produzi também um diário de campo, com um relato detalhado das minhas observações, pensamentos, sentimentos, experiências e percepções durante todo o processo de formação, como proposto por Creswell (2007). Foram certificados os participantes que tiveram no mínimo 75% de participação nas aulas e nas atividades extra sala de aula.

3.3.1 Planejamento das oficinas

3.3.1.1 Encontro 1

Aplicação do questionário inicial e Roda de Conversa sobre os temas abordados no questionário.

3.3.1.2 Encontro 2

Atividade “ataque e defesa” abordando o tema “A quem cabe a tarefa de educar sexualmente o aluno: à família ou à escola?”. Nessa atividade, os participantes serão divididos em dois grupos, em que um deve defender que a educação sexual cabe somente à família e o outro deve defender que essa deve ser também uma tarefa da escola. Em seguida, os participantes devem organizar uma dramatização em que um estudante e uma psicóloga enfrentam resistência da comunidade escolar (pais, professores e alunos) ao apresentar um projeto de Educação Sexual. Ao final das duas atividades, será realizado o fechamento com o debate aberto sobre a experiência do segundo encontro.

3.3.1.3 Encontros 3 e 4

Usaremos as situações reais relatadas por eles no questionário inicial para abordar os subtemas da Educação Sexual: (1) Cuidando dos Relacionamentos; (2) Questões de Gênero; (3) Diversidade Sexual; (4) Prevenção à violência; (5) Saúde Sexual e Reprodutiva

3.3.1.4 Encontro 5

Cada um dos participantes irá escolher um dos 15 subtemas de acordo com interesses e necessidades. No intervalo entre esse encontro e o posterior, cada um deve preparar uma aula com até 20 min de duração para seus colegas, com metodologia expositiva-dialogada, de acordo com a divisão de temas. Essa atividade, chamada Microensino, tem como objetivo praticar o uso de estratégias próprias da educação sexual e também dessensibilizá-los para falar sobre esses assuntos.

3.3.1.5 Encontro 6

Aplicação do questionário de Avaliação do Curso e Fechamento do curso.

3.3.2 *Processo de criação da Biblioteca Virtual*

Além dos encontros presenciais, os participantes tiveram acesso a uma plataforma que chamamos de Biblioteca Virtual, documento eletrônico, criado exclusivamente para a formação, com mais de 60 links ou indicações de videoaulas, podcasts, livros físicos e digitais, seriados, quadrinhos, diretrizes e legislações.

O objetivo principal dessa iniciativa foi proporcionar conhecimento informativo e crítico sobre cada um dos temas. A curadoria e organização da bibliografia foram planejadas para assegurar a relevância e a qualidade das informações disponibilizadas, promovendo assim o acesso autônomo ao aprendizado. Reconhecendo a diversidade de estilos de aprendizagem, a variedade de formatos na Biblioteca Virtual permitiu que os participantes explorassem os conteúdos de maneiras variadas, adaptando-se às suas preferências individuais e exigências específicas do ambiente escolar. Não conseguiríamos esgotar os subtemas em sexualidade na formação, então criamos essa ferramenta para que eles se aprofundem gradualmente, com autonomia.

3.3.3 Procedimentos éticos

O projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Obtivemos o consentimento informado dos participantes por meio da leitura e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE em que o participante concorda com a participação e autoriza o uso dos dados de pesquisa. Durante todo o processo de pesquisa, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e, posteriormente, serão informados sobre os resultados observados (Szymanski; Cury, 2004). Na sessão de apresentação de resultados, os nomes reais dos orientadores educacionais foram substituídos por nomes fictícios para preservar o sigilo dos participantes.

3.4 Metodologia de análise de dados

O procedimento utilizado é a Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (1979), que se configura como um conjunto de técnicas de análise de comunicação que examina e que descreve o conteúdo de distintas formas de mensagens (verbais ou não verbais) por meio da sistematização dos métodos de análise de dados. A análise é estruturada em três fases, denominadas de a) pré-análise, b) exploração do material, categorização ou codificação e c) tratamento dos resultados, inferências e interpretação (Bardin, 1979).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção apresentaremos como aconteceram as oficinas, e em seguida, discutiremos as categorias encontradas na análise dos dados dos questionários iniciais, dos questionários finais e diários de campo a partir da Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin.

4.1 Descrição das Oficinas realizadas

4.1.1 *Encontro 1*

Esse primeiro encontro teve como objetivo conhecer os profissionais e seus desafios para a partir disso reavaliar o que já estava planejado para o curso e organizar os próximos encontros de forma colaborativa e de acordo com as necessidades apresentadas. Durante as apresentações iniciais de cada um, a facilitadora começou a dialogar sobre Educação Sexual e conceitos relacionados de forma fluida, usando exemplos trazidos pelos participantes, destacando que eles já "faziam" Educação Sexual, por vezes trabalhavam até como especialistas em sexologia e que no grupo de orientadores havia uma rede potencial de troca de experiências e crescimento conjunto.

No primeiro encontro, segundo diário de campo, foi destacada entre os orientadores educacionais a necessidade do curso e a relevância deste acontecer durante o horário de expediente e fora da escola, onde poderiam se dispersar com outras questões.

4.1.2 *Encontro 2*

Os participantes foram divididos em dois grupos, em que um deveria defender que a educação sexual cabe somente à família e o outro deve defender que essa deve ser também uma tarefa da escola. Após preparação nos dois grupos, cada um escolheu dois representantes. Então fizeram a dramatização de uma reunião entre um casal de pai e mãe conservadores que defende que a Educação Sexual é tarefa somente da família e duas psicólogas que defendem que a Educação Sexual deve ser também tarefa da escola.

Nessa atividade, os participantes que representavam os pais trouxeram vários argumentos conservadores, por vezes contraditórios. As psicólogas defenderam, a partir da legislação e de exemplos práticos, a necessidade da escola também realizar atividades de Educação Sexual. Depois da atividade conversamos sobre os sentimentos despertados e as

estratégias utilizadas para tentar dialogar com pessoas contrárias à Educação Sexual nas escolas. Vimos que muitas vezes a postura dos responsáveis, nesse contexto, é agressiva e descredibiliza os profissionais na tentativa de defender seus pontos de vista. Enquanto profissionais, aparecem sentimentos como insegurança sobre o que fazer, raiva pelas agressões sofridas e medo de retaliações.

Em grupo, foram discutidas estratégias para manter a calma e tentar construir o diálogo, tentando transformar esse momento em oportunidade educativa. Conversamos sobre até onde avançar e em que momento parar de insistir nesse diálogo 1 a 1 e construir propostas educativas com a comunidade de forma mais ampla. Neste ponto, surgiram ideias de como começar a abordar esse tema nas reuniões de responsáveis das escolas. Ao final a facilitadora perguntou, conforme diário de campo, o que os orientadores acharam dessa atividade e se tinham sugestões de como melhorar esse momento caso existisse uma próxima turma de formação. Uma das alunas propôs que fosse feito um esquema com as melhores respostas para cada objeção. Foi explicado que não existem respostas corretas universais, pois isso depende do jeito de ser de cada orientador e das singularidades de cada contexto em que estão inseridos.

Como sugestão de melhoria, no questionário final, Monalisa escreveu: “a dinâmica realizada no segundo encontro não teve muito engajamento e o tempo poderia ter sido usado com teoria ou outra forma de abordagem da proposta de atividades”.

4.1.3 Encontros 3 e 4

Usamos as situações reais relatadas por eles no questionário inicial para abordar os subtemas da Educação Sexual: (1) Cuidando dos Relacionamentos; (2) Questões de Gênero; (3) Diversidade Sexual; (4) Prevenção à violência e (5) Saúde Sexual e Reprodutiva. Iniciamos o encontro 3 com a definição de Educação em Sexualidade pela Unesco. Depois conversamos sobre as competências básicas da BNCC que podem ser relacionadas à Educação Sexual, para além de prevenção de infecções, violência e gravidez indesejada. Assegurar a legitimidade desse trabalho segundo as competências básicas apontadas pela BNCC é uma forma de enfrentar os medos associados e desenvolver segurança para assumir cada vez mais o papel de educador sexual nas escolas.

No encontro 4, usamos as situações reais relatadas por eles no questionário inicial.

Uma das situações abordadas foi registrada por Denise no questionário inicial: “Em um momento me senti constrangida, pois um aluno do 5º ano perguntou diante de toda a sala o que

era um boquete e ele perguntou rindo. Desviei o assunto pois imaginei que ele já sabia a resposta, por estar sorrindo e fazendo chacota com os outros alunos”.

O grupo relembrou como responderam ou contornaram situações parecidas com essa. Uma forma de lidar é responder que boquete é um nome popular para sexo oral feito no órgão sexual masculino, com leveza e maturidade, sem se constranger. Isso pode trazer segurança aos alunos de que eles podem se abrir, sem precisar testar os limites do educador.

Um tema inesperado, pois não havia sido indicado na literatura que serviu de base para a formação, são comportamentos exibicionistas na escola. José escreveu sobre “comportamentos mais pornográficos e ou exibicionistas na escola” e Mariana sobre “Casais com comportamento sexual público na escola”. Outros orientadores educacionais se identificaram. Em geral, a resposta da escola é proibir e punir para evitar novos casos. Em conjunto, foi discutido que situações como essa podem ser cuidadas também por ações de educação sexual que trabalhem temas como privacidade e importunação sexual.

4.1.4 Encontro 5

Cada um dos participantes escolheu um dos 15 subtemas de acordo com interesses e necessidades. No intervalo entre esse encontro e o seguinte, cada um deveria preparar uma atividade com até 20 minutos de duração para seus colegas, com metodologia expositiva-dialogada, de acordo com a divisão de temas, utilizando os materiais disponíveis na Biblioteca Virtual. Essa atividade teve como objetivo praticar o uso de estratégias próprias da educação sexual e dessensibilizá-los para falar sobre esses assuntos.

Em relação ao encontro 5 foi registrado no diário de campo: “as contribuições dos participantes na atividade me surpreenderam positivamente”. Eles se dedicaram a construir dinâmicas e apresentações realmente adaptadas para o contexto escolar em que estão inseridos. Usaram materiais disponíveis nas escolas, como cartolina e fitas adesivas, buscando superar possíveis dificuldades com a solicitação de materiais novos e exclusivos para Educação sexual. Demonstraram segurança ao falar dos temas e facilitar cada dinâmica. Ao final de cada apresentação, abriram-se diversas possibilidades de diálogo e troca com os colegas. Todos pareciam empolgados em conhecer as atividades desenvolvidas pelos colegas, e adaptá-las à sua realidade escolar. A partir das contribuições de cada um, foram apresentadas diferentes metodologias que podem ser aplicadas de acordo com os interesses, necessidades e jeito de ser de cada profissional.

Foi destacado mais uma vez como Educação Sexual é muito maior do que prevenção

de infecções e de gravidez indesejada. Também foram destacados temas que são importantes para Educação sexual, mas que não precisam citar sexualidade, em contextos em que isso geraria muita resistência. Inclusive, eles já trabalham vários desses temas em projetos de desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como por exemplo: comunicação, assertividade, relacionamento, consentimento, cuidado de si, cuidado do outro, respeito, valores pessoais, entre outros. Como sugestão de melhoria, vários orientadores solicitaram mais tempo para essa atividade, como Monalisa escreveu “um encontro a mais após as apresentações para discutir um pouco mais a teoria e trazer mais propostas de intervenção, pois as trocas foram muito válidas”.

4.1.5 Encontro 6

Aplicação do questionário de Avaliação do Curso e Fechamento do curso.

No questionário final, todos avaliaram que o curso foi ótimo, atendeu as expectativas e contribuiu no processo de formação como orientador educacional. A ênfase prática do curso foi apontada na maioria dos questionários finais como algo que chamou atenção de forma positiva. José destaca “a parte prática, porque ajudou a ampliar meu repertório de possíveis intervenções, a partir da modelação”. Já Marta complementa que “as trocas de informações serviram como uma forma de acolhimento”. Monalisa escreveu que isso “abre um leque de possibilidades a serem realizados na escola”

A formação trouxe também novas perspectivas, como afirma Mariana: “perceber que a sexualidade vai muito além de sexo e pode ser abordada nos relacionamentos interpessoais saudáveis e não saudáveis. Isso abre uma gama de possibilidades para se trabalhar educação sexual na escola”.

José trouxe como sugestão de melhoria “topicalizar e iniciar os encontros em formato de aula informativa, para em seguida passar para as metodologias mais ativas”. Karoline, ao ser perguntada se sentiu falta de algum tema, escreveu “acredito que um pouco mais de estudo teórico sobre o conceito de educação sexual”. Denise pontuou que “ao mesmo tempo em que gostei dos diálogos durante a formação, vim no primeiro encontro esperando que tivesse mais conteúdo teórico”. Em sua pesquisa Mary Neide Figueiró (2014) apontou que os professores chegam à formação em Educação Sexual buscando apenas informações e técnicas, que são importantes, mas não suficientes. O processo de formação precisa facilitar reflexões pessoais, autoconhecimento, questionamento de preconceitos, construção e desenvolvimento de habilidades interpessoais para ser efetivo.

90% dos respondentes avaliam que o curso deveria ter mais tempo. Raul, por exemplo, escreveu, como sugestão de melhoria, “que o curso possa ser um pouco mais extenso, no intuito de aprofundamento do tema” e como ponto negativo: “brevidade do tempo, o que inviabiliza aprofundamento dos assuntos”. Esdras defendeu “mais tempo, pois seria melhor abordar as temáticas que muitas vezes são amplas, mesmo sendo três dias de dois turnos acho que seria necessário mais”. Marta apontou como ponto negativo “a questão de aumentar o tempo para que todos pudessem ter tempo suficiente para desenvolver a proposta. Poderia dividir as intervenções para mais de um dia”. Com mais tempo, seria possível ter momentos de apresentações teóricas e mais tempo para as rodas de conversa.

4.2 Análise dos dados

Os dados dos questionários iniciais e dos questionários finais foram organizados em uma planilha e a partir disso foram atribuídos códigos aos trechos relevantes. Em seguida realizamos o mesmo processo de codificação também nos diários de campo. Então os códigos foram agrupados em categorias, que serão descritas e analisadas a seguir: Formação de Educadores Sexuais; Iniciativas em Educação Sexual já existentes; Dificuldades do trabalho em Educação Sexual; Conservadorismo; Contradições no modelo de educação; Biblioteca Virtual em Educação Sexual e Pertinência das políticas públicas em Educação Sexual.

4.2.1 Formação de educadores sexuais

Segundo a pesquisa, essa foi a primeira iniciativa de formação ampliada de Educadores Sexuais da rede escolar municipal em Sobral-Ce. Antes aconteceram ações pontuais de capacitação sobre temas específicos, como palestras e seminários para prevenção à gravidez na adolescência e prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Em geral, o contato dos orientadores educacionais com a temática sexualidade na adolescência durante a própria história de vida aconteceu de modo informal, através de busca em sites, redes sociais, conversas com amigos, revistas e pornografia. Poucos familiares se propuseram a falar sobre sexualidade de forma positiva ou ofereceram ao adolescente livros informativos. Apenas duas pessoas citaram aprendizado através de consultas de saúde, com ginecologista, por exemplo, durante a adolescência. Dois participantes citaram diretamente a Igreja como um espaço de educação em sexualidade. A educação sexual formal aconteceu nas aulas de biologia sobre sistema reprodutivo feminino e masculino, métodos contraceptivos e

infecções sexualmente transmissíveis. Apenas um participante relatou um programa mais extenso, em que Educação Sexual foi abordada uma vez por semana durante o 6º ano. Outra participante fez ensino médio profissionalizante na área de saúde e teve uma disciplina de Educação Sexual. Depois de adultos, relatam com maior frequência busca de informação através de livros, artigos científicos e consultas com profissionais de saúde.

Durante a graduação em Psicologia, a maioria não teve acesso a disciplinas sobre sexualidades. Apenas dois participantes citaram disciplinas da graduação que abordam Educação Sexual. Outra participante estudou sexualidade em uma pós-graduação em Psicologia Escolar. Alguns deles, por interesse próprio ou necessidade de trabalho, realizaram cursos de curta duração sobre sexualidade oferecidos por universidades ou pela secretaria de saúde do município de origem.

Antes do assumir o cargo de orientador educacional, alguns participantes tiveram experiências profissionais relacionadas a Educação Sexual, por exemplo: Oficina em escola durante Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Ações de Prevenção ao abuso sexual infantil em Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Com frequência, precisaram aprender na prática e por conta própria, como lidar com as demandas relacionadas à sexualidade que surgiram em seus cotidianos de trabalho, como descreveu José: “de início me senti despreparado, com medo de fazer uma orientação errada, inseguro nas minhas colocações. pressionado a buscar fontes mais seguras, mas ainda desconfiando de estar agindo de forma correta ou não”.

A formação de educadores sexuais desempenha um papel fundamental na preparação desses profissionais para lidar com as diversas complexidades da sexualidade humana. Conforme Figueiró (2014), essa formação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos técnicos sobre saúde sexual, abrangendo uma ampla gama de aspectos éticos, psicológicos e sociais. Educadores bem preparados são essenciais para promover uma abordagem educativa que respeite a diversidade sexual e os direitos individuais e coletivos. Eles devem se preparar para facilitar discussões abertas e informadas sobre sexualidade. Dessa forma, a formação adequada não apenas amplia o conhecimento sobre temas sexuais, mas também promove autoconhecimento, desenvolvimento pessoal e fortalece a capacidade dos educadores e das educadoras de intervir de maneira construtiva e participativa, com o objetivo de superar desigualdades, enfrentar violências e construir uma sociedade mais consciente, saudável e inclusiva. Entendemos então que a formação continuada é importante para a pessoa do educador e da educadora sexual (seja professor/professora, psicólogo/psicóloga ou qualquer outro ou outra profissional); e necessária para que eles e elas sejam capazes de facilitar processos em que o/a

educando/a é ativo/a – é uma relação, um processo ensino-aprendizagem.

4.2.2 Iniciativas em educação sexual já existentes

A frase “a sexualidade entra na escola através das campanhas”, dita por uma das participantes durante a roda de conversa, ilustra experiências em que os orientadores são convocados e se autorizam a trabalhar mais diretamente com Educação Sexual. Todos participam das campanhas de prevenção à gravidez na adolescência e prevenção ao abuso sexual na infância e adolescência, em parceria com o Programa Saúde na Escola (PSE) e com o Trevo de Quatro Folhas. Sobre essas ações Giovana avalia que “há momentos pontuais realizados pela equipe do PSE, um trabalho raso e sem aprofundamento”.

A Semana Municipal de Prevenção à Gravidez na Adolescência, recomendada pelo Ministério da Saúde e realizada pela Estratégia Trevo de Quatro Folhas, tem como objetivo reduzir o número de casos de gravidez na adolescência e, conseqüentemente, diminuir as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento de estudantes na trajetória escolar. No ano de 2023, Sobral atingiu a menor taxa de gravidez na adolescência dos últimos anos: 7,93 (Prefeitura de Sobral, 2023).

Na campanha Maio Laranja, são convocados a trabalhar com prevenção ao abuso sexual. A partir disso, ou por demanda espontânea, recebem relatos ou denúncias de abuso sexual. Segundo trecho do diário de campo:

Esse foi um tema que mobilizou bastante o grupo. Na roda de conversa, contaram sobre seus primeiros contatos com essa questão na escola. Em geral foram experiências de dúvida e insegurança sobre o que fazer, alguns tiveram o apoio da gestão ou de colegas para construir estratégias de acolhimento e encaminhamento, outros não.

Além disso, na roda de conversa inicial, muitos orientadores indicaram o momento de entrega dos absorventes, ação que visa promover dignidade menstrual, como uma oportunidade para trabalhar temas de sexualidade com os/as estudantes, como sistema reprodutivo e papéis de gênero em acolhimentos individuais e, eventualmente, em palestras.

Giovanella e Stegmüller (2018) argumentam que a abordagem focada em campanhas pontuais adotada pelo Ministério da Saúde tem sido criticada no campo da saúde pública, pois muitas vezes negligencia a necessidade de políticas de saúde estruturadas e sustentáveis. Além disso, destaca como a falta de uma estratégia de longo prazo pode comprometer os resultados e minar os esforços para promover melhorias significativas na qualidade de vida da população.

No âmbito da educação sexual emancipatória, foi discutido na formação, como descrito no seguinte trecho do diário de campo, “que as campanhas podem ser utilizadas como oportunidades estratégicas para dar início a programas educativos mais amplos e duradouros.” A implementação eficaz de qualquer campanha requer um planejamento cuidadoso e integrado, que considere não apenas a disseminação de informações, mas também o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores (UNESCO, 2019).

Ao longo dos encontros, os orientadores apontaram ações isoladas já existentes em algumas escolas. Lara no questionário descreveu que

Começou esse ano uma disciplina de educação sexual para alunos do 8º e 9º ano, entre 13 e 15 anos. É uma disciplina eletiva, os alunos escolhem conforme os seus interesses, acaba que nem todos os alunos participam. Eu acho superimportante pra nossa realidade, apesar de achar que disciplina foca muito em orientações básicas e não na sexualidade como um todo.

Alguns orientadores estabelecem parcerias com professores e professoras tanto em disciplinas obrigatórias, como também em disciplinas eletivas, que acontecem no contraturno nas escolas de tempo integral. A participante Karoline escreveu:

Desenvolvo um trabalho de apoio e parceria com a professora de ciências em uma disciplina eletiva sobre sexualidade, chamada "Sexualidade: quebrando tabus". Essa disciplina teve início no ano de 2024, voltada para os alunos de 8º e 9º ano, estudantes entre 12 e 15 anos. Está sendo uma experiência exitosa.

Na fala de cada um foram se empilhando diferentes parcerias e fluxos de encaminhamento já estabelecidos em cada escola: Programa Saúde na escola (PSE), Flor do Mandacaru, Conselho tutelar, Casa da mulher sertaneja, parcerias com graduações e pós-graduações, como o Programa de Residência em Saúde da Família e o Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. O problema, discutido nas rodas de conversas é que essas parcerias e fluxos foram sendo construídos, sob a pressão de uma demanda real de adoecimento, gravidez ou abuso de adolescentes, de forma isolada em cada escola. Esses fluxos dependem das características de cada território, ainda assim é necessário estabelecer processos mais uniformes e pré-estabelecidos, facilitando e consolidando o trabalho dos educadores sexuais.

Ao longo dos encontros, pensaram e falaram, como foi registrado nos diários de campo, em oportunidades para viabilizar futuras ações de Educação Sexual, como disciplinas eletivas nas escolas de tempo integral, aulas de formação humana e ações dentro do Projeto Previne (Programa de prevenção a violência no ambiente escolar). Segundo o diário de campo,

O problema é que tendem a pensar em iniciativas isoladas, mesmo tendo sido apresentado no início e reforçado em outros momentos que a Unesco, baseada em uma extensa revisão de pesquisas, recomenda que as ações em Educação Sexual sejam planejadas ao longo do tempo de forma sistemática e contínua, já que ações pontuais tendem a ser pouco efetivas.

No contexto da promoção de mudanças culturais significativas, é comprovado que ações isoladas, pontuais e campanhistas são insuficientes para alcançar resultados duradouros. Essas iniciativas muitas vezes carecem de continuidade e não abordam profundamente as raízes dos problemas que visam enfrentar. Para efetivamente transformar normas e valores culturais, é crucial a construção e implementação de políticas públicas consistentes e sustentáveis. Essas políticas devem não apenas estabelecer diretrizes claras e abrangentes, mas também integrar-se a estratégias educacionais, sociais e de saúde que permeiam todos os aspectos da sociedade. Ao adotar uma abordagem holística e de longo prazo, é possível não apenas influenciar comportamentos individuais, mas também desenvolver gradualmente a percepção coletiva e as práticas sociais em direção a uma cultura mais justa, inclusiva e resiliente (UNESCO, 2019).

É importante ressaltar que a maioria dos programas e iniciativas analisados refletem dois paradigmas identificados e criticados por Nunes (1996). Primeiramente, muitas dessas iniciativas adotam uma abordagem médico-biologista, focando na transmissão de informações sobre anatomia, fisiologia e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Esta ênfase excessiva na dimensão biológica pode desconsiderar aspectos cruciais da sexualidade humana, como suas dimensões afetivas, sociais e culturais, que são igualmente essenciais para uma educação sexual abrangente (Nunes, 1996). Além disso, observa-se tendências para uma abordagem terapêutico-descompressiva, enfatizando a importância do suporte psicológico e emocional individual. Embora oferecer apoio emocional seja crucial, essa abordagem pode restringir-se a uma intervenção reativa, negligenciando estratégias preventivas e educativas que possam promover uma visão mais ampla e emancipatória da sexualidade.

Além disso, a ênfase predominante em campanhas de prevenção à gravidez na adolescência e ao abuso sexual nas escolas municipais de Sobral reflete uma abordagem superficial e limitada no enfrentamento de questões complexas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva dos/das adolescentes. De acordo com os estudos de Mary Neide Figueiró (2014) sobre formação de educadores sexuais, essas campanhas, muitas vezes isoladas e descontinuadas, tendem a focar exclusivamente nos aspectos físicos e imediatos dos problemas, negligenciando contextos mais amplos como relacionamento, consentimento, papéis de gênero e diversidade sexual. A abordagem unidimensional dessas iniciativas pode não apenas reduzir

sua eficácia preventiva, mas também falhar em promover uma educação sexual abrangente que capacite os/as jovens a tomarem decisões informadas e seguras. Assim, estudos indicam a necessidade premente de políticas públicas que não apenas abordam sintomas visíveis, mas que também sejam fundamentadas em uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e culturais que influenciam a saúde sexual dos/das adolescentes.

4.2.3 Dificuldades do trabalho em educação sexual

Os orientadores educacionais relataram com frequência, no questionário inicial e no primeiro encontro, medo de abordar de forma mais direta os temas de sexualidade e serem rejeitados pela comunidade escolar, mães, pais e responsáveis.

Dos 13 orientadores que responderam ao questionário inicial, 10 apontaram como preocupação a reação dos pais em relação a ações de Educação Sexual.

Francisca conta como se sentiu ao trabalhar temas relacionados à sexualidade antes do curso: “Em alguns momentos senti desconforto e receio dos demais profissionais da escola e famílias considerarem minha abordagem inadequada, apesar de saber que estou correta e tenho condições profissionais, éticas e de conhecimento científico para trabalhar o tema”.

Lara compartilha sentimentos ambíguos em relação ao tema: “Animada e apreensiva. É um assunto importante e necessário. Quero aprender mais para fortalecer a minha prática. Mas, ao mesmo tempo, com receio de levar esse tema para escola diante de tanto tabu, dos pais e professores”.

José fala de uma preocupação mais específica “a forma como os alunos repassarão aos pais, e a conseqüente reverberação disso, uma vez que atuo numa comunidade mais rural”. Raul compartilha receio semelhante “Como os alunos irão compreender as informações, bem como o que eles dirão aos pais quando chegaram em casa, um certo receio da repercussão do tema”.

Lara descreve uma consequência desse receio: “A gente vai no básico, orienta, traz a escuta, deixa o aluno falar como se sente. Mas sinto que ainda não é o suficiente, existe uma cautela em relação aos pais e professores, como isso chega neles e as repercussões. Acabamos que não nos aprofundamos muito no assunto”.

Além desses relatos, um dos participantes se identificou como homem trans e, considerando a violência e os preconceitos existentes, expôs seus receios, tanto na roda de apresentação como no questionário inicial, em receber maiores críticas e retaliações ao trabalhar com Educação Sexual por ser uma pessoa trans.

Segundo o diário de campo, o receio em implementar iniciativas de educação sexual em Sobral é enraizado na realidade da violência urbana nos territórios das escolas públicas e por ameaças pessoais já vivenciadas por alguns orientadores. Eles parecem se ver confrontados com a dualidade do medo: enquanto pode servir como um mecanismo de proteção contra possíveis represálias e consequências negativas, também tem o poder de paralisar a ação e minar esforços necessários.

Nesse contexto de medo, segundo os diários de campo, os acolhimentos individuais parecem ser a estratégia de educação sexual mais frequente desempenhada pelos orientadores educacionais até o momento do curso, por serem espaços em que os orientadores se sentem mais à vontade e seguros para abordar a temática de sexualidade. É compreensível essa atitude, entretanto precisamos valorizar espaços grupais, em que os/as adolescentes possam trocar informações e experiências e construir coletivamente possibilidades (Figueiró, 2014).

Uma estratégia, descrita no diário de campo, para garantir maior segurança legal para esse trabalho foi aproximar os orientadores educacionais de diretrizes internacionais que defendem a Educação Sexual progressiva e integral e das competências básicas da BNCC que podem ser relacionadas ao tema. Assegurar a legitimidade e legalidade desse trabalho é mais uma forma de enfrentar os medos associados.

Os orientadores compartilham também o medo de participar de denúncias de abuso sexual. Entendem que é uma parte necessária e importante do seu papel profissional, entretanto, como foi registrado no diário de campo, avaliam que recebem pouco suporte da gestão municipal de educação, considerando histórico de ameaças de violência, e por isso se percebem vulneráveis. Francisca citou como uma de suas preocupações que: “As instâncias superiores do setor de educação local não consideram temas como realmente relevantes para a formação dos alunos”.

O medo de assumir o papel de educador sexual pode ter um impacto negativo na saúde do trabalhador, pois gera estresse emocional e ansiedade, podendo afetar o bem-estar psicológico (Fisher; Irwin; Coleman, 2019). Além disso, a falta de suporte institucional adequado e políticas claras de proteção podem intensificar esse medo, dificultando a eficácia das intervenções educacionais em saúde sexual e reprodutiva. Assim, é essencial que essas preocupações sejam abordadas de forma direta pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo um ambiente seguro e encorajador para educadores que desempenham um papel crucial no suporte ao trabalho dos professores e no desenvolvimento escolar dos/das estudantes. Segundo registrado no diário de campo, os orientadores vivem demandas e contextos parecidos e experimentam vulnerabilidades e sentimentos de impotência semelhantes, que vêm

também do isolamento de cada um em cada escola. A formação em Educação Sexual buscou ser um primeiro passo para construção e fortalecimento de uma rede de troca de experiências, conhecimentos e crescimento conjunto dos Orientadores Educacionais em ações relacionadas à sexualidade.

Ao longo da formação, segundo diário de campo, foram discutidas também a necessidade de construir propostas educativas com a comunidade de pais e responsáveis, abordando o que é educação sexual, como acontece em cada idade e seus objetivos. Inclusive surgiram ideias de como começar a abordar e educar sobre a importância desses temas nas reuniões de pais das escolas e durante o processo de construção do Projeto Político Pedagógico.

Ao final do curso, os orientadores relataram conseguir pensar em modos mais seguros de lidar com o tema. Karoline escreveu: “Como as atividades e temas foram abordados de forma muito didática e criativa, consigo visualizar de modo viável o trabalho dessa temática na escola que estou. Me sinto mais instrumentalizada para isso”.

Outra possibilidade abordada no curso foi apontada por Fabiana: “posso trabalhar com educação sexual de forma indireta em diversos momentos, sem que a comunidade escolar apresente uma maior resistência”.

Na formação, mais de uma vez, conforme registrado nos diários de campo, falamos que nem sempre precisamos colocar o rótulo “sexual” em todas as atividades de Educação Sexual. Ações para desenvolvimento de habilidades interpessoais, por exemplo, são importantes para um programa integral de Educação sexual, mas não enfrentam a mesma resistência que outros temas mais diretamente relacionados ao sexo. A construção de uma relação de confiança com estudantes, mães, pais, gestão, professoras e professores acontece aos poucos. Então é possível escolher de forma estratégica quando e como “levantar e fincar a bandeira” da Educação Sexual.

4.2.4 Conservadorismo

Os orientadores veem Sobral como uma cidade marcada pelo conservadorismo religioso, que se apresenta na normalização de atitudes machistas e homofóbicas.

Alguns impasses para o trabalho como educador sexual que foram relatados nos diários de campo foram o conservadorismo e a religiosidade da direção das escolas e da comunidade escolar como um todo. Os orientadores apontaram também desafios enfrentados em parcerias com professores, professoras, diretores, diretoras e profissionais de saúde, como enfermeiras das Unidades Básicas de Saúde ou do Programa de Saúde na escola. Descreveram situações em que esses profissionais apresentaram atitudes repressivas e/ou homofóbicas no trato de

demandas individuais ou em contextos de educação sexual. Mariana contou sentir-se “às vezes, frustrada, pois alguns profissionais com quem realizei as ações naturalizaram estereótipos de gênero, fizeram falas homofóbicas, justo o que a ação planejava desconstruir”.

Compartilharam nos encontros como tentaram enfrentar ou contornar isso em cada situação. Foi discutida, mais uma vez, a necessidade de incluir nos programas de educação sexual iniciativas sensibilizando e educando professores, diretores e profissionais parceiros sobre Educação Sexual e seus subtemas, com o objetivo de alinhar o tipo de Educação Sexual trabalhada e suas estratégias.

Outro orientador relatou pressão para não denunciar/notificar casos de abuso sexual para não “destruir” a família. Esse relato demonstra uma posição conservadora, que defende a manutenção da família independente da qualidade de seus vínculos interpessoais e da saúde e segurança do adolescente abusado.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), profissionais de saúde, educação e assistência social, bem como outros indivíduos que atuam em funções semelhantes, têm a responsabilidade legal de relatar imediatamente qualquer suspeita ou confirmação de abuso sexual envolvendo menores. Esse processo deve ser realizado com o máximo de descrição e respeito pela privacidade das vítimas, seguindo protocolos estabelecidos para garantir a confidencialidade e a tomada de medidas apropriadas para proteger a criança ou adolescente afetado. A notificação deve ser feita sem demora, seja para as autoridades policiais, o Conselho Tutelar ou o Ministério Público, conforme estipulado pela legislação (Brasil, 1990). Este procedimento é fundamental não apenas para a proteção das vítimas, mas também para responsabilizar os agressores e prevenir novos casos de abuso, assegurando que os direitos das crianças e adolescentes sejam devidamente respeitados (Brasil, 1990).

Até o momento do curso, os orientadores lidavam com as denúncias de forma independente em cada escola, sem trocar saberes e experiências entre si. Com o tempo desenvolveram, individualmente, maior segurança sobre o que fazer, ainda assim é um tema que gera angústia e revolta nos orientadores, devido sensação de impotência e o sofrimento vivido pelo adolescente, como também por processos de revitimização por falta de respostas efetivas do sistema de assistência e/ou de justiça. No seguinte trecho, Monalisa compartilha sua experiência: “A primeira situação de denúncia de abuso mexeu muito comigo enquanto mulher e o sentimento de impotência diante da situação até hoje, essa é a demanda que mais me deixa abalada emocionalmente”.

A educação sexual enfrenta desafios significativos ao lidar com o conservadorismo, que se manifesta através de crenças culturais, políticas e religiosas que

influenciam as políticas públicas e práticas educacionais (Freitas; Morais, 2019). Essa dinâmica muitas vezes dificulta a implementação de programas abrangentes e inclusivos necessários para promover a saúde sexual e reprodutiva.

A cultura do estupro abrange um conjunto de crenças e práticas que desvalorizam, minimizam ou legitimam a violência sexual, incluindo a culpabilização das vítimas, a normalização da violência sexual na mídia, a objetificação sexual e a permissividade em relação ao abuso. Essa cultura perpetua a violência ao desencorajar a responsabilização dos agressores e não reconhecer o consentimento como fundamental nas relações saudáveis (Freitas; Morais, 2019).

No contexto da educação sexual, a interação entre conservadorismo e cultura do estupro é complexa. O conservadorismo, com suas normas rígidas de gênero e sexualidade, frequentemente sustenta uma cultura que desvaloriza a autonomia feminina e legitima a violência sexual. A educação sexual emancipatória surge como uma ferramenta poderosa para promover mudanças culturais significativas ao promover o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes sobre consentimento, respeito mútuo, igualdade de gênero e direitos sexuais. Integrando esses princípios desde cedo nos currículos educacionais, pode-se contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e segura, onde todos possam viver livres de violência e coerção sexual (UNESCO, 2019).

4.2.5 Contradições no modelo de educação

Ao discutir sobre as dificuldades enfrentadas, os orientadores abordaram o lugar das avaliações na escola. Conforme registrado no diário de campo, durante a formação foi relatada situação em que a gestão da escola pediu para que o orientador não desse seguimento a uma denúncia de abuso sexual, pois isso poderia prejudicar o desempenho da aluna em uma avaliação.

Os orientadores discutem que, apesar do município de Sobral se destacar nacionalmente por seus resultados expressivos nas avaliações educacionais, é necessário questionar até que ponto o foco em avaliações pode estar direcionando a educação para uma lógica de competição e meritocracia, características do modelo neoliberal, em detrimento de uma educação mais inclusiva, humanizada e transformadora.

Para os orientadores, segundo o diário de campo, a Educação Sexual muitas vezes parece pouco prioritária no cotidiano educacional de Sobral, apesar das diretrizes internacionais e da legislação brasileira, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que a preconizam como

essencial. Esta percepção é exacerbada pelo fato de a temática não ser incluída como um critério avaliativo de desempenho educacional. Essa ausência de cobrança por ações e resultados pode gerar uma subvalorização da Educação Sexual, comprometendo sua integração efetiva nos currículos escolares e, conseqüentemente, dificultando nos/nas jovens o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para sua saúde sexual e reprodutiva.

Figueiredo (2022) discute os desafios e potencialidades da avaliação de políticas públicas, destacando a importância de mecanismos que estabeleçam critérios claros de avaliação de desempenho e impacto. Segundo a autora, esses mecanismos não apenas monitoram a eficácia das políticas, mas também incentivam a responsabilização e promovem melhorias contínuas. O reconhecimento dos esforços bem-sucedidos é apontado como fundamental para motivar os envolvidos e disseminar boas práticas, contribuindo assim para a implementação e sustentabilidade das políticas públicas a longo prazo.

Em Sobral, os orientadores educacionais desempenham um papel crucial no apoio ao desenvolvimento integral dos alunos, promovendo um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Eles oferecem suporte emocional e acadêmico, orientam na escolha de carreiras, desenvolvem habilidades socioemocionais e colaboram estreitamente com professores, pais e outros profissionais da educação para personalizar intervenções. Entretanto existe grande complexidade envolvida na mensuração das habilidades socioemocionais, destacando a necessidade de abordagens flexíveis e adaptativas para promover o desenvolvimento integral dos alunos e a sustentabilidade dessas práticas a longo prazo. Essas contradições revelam a complexidade e os desafios enfrentados pelo modelo educacional de Sobral, apesar de seus esforços em equilibrar excelência acadêmica com o desenvolvimento integral dos alunos.

4.2.6 *Biblioteca virtual*

Cotidianamente, os orientadores se sentem isolados ou desafiados emocionalmente ao lidar com questões sensíveis e complexas relacionadas à sexualidade dos/das estudantes. Nesse sentido, a Biblioteca Virtual não apenas complementa a carga horária online de forma assíncrona, mas também oferece um suporte prático, acessível e contínuo após o curso. Os orientadores têm à disposição ferramentas para consultarem em momentos de dúvida ou desafio. Isso não apenas fortalece sua base teórica e prática, mas também os capacita a tomar decisões informadas e responsáveis no seu trabalho diário, promovendo um ambiente educacional mais seguro e inclusivo.

Como pontos positivos da formação, Fabiana escreveu “a formação trouxe repertório

através das diversas atividades apresentadas para que trabalhasse nas diferentes faixas etárias presentes na escola. A biblioteca virtual é extremamente rica para a busca e apreensão do conteúdo”. Outros orientadores também destacaram a biblioteca virtual como ponto positivo, como Karoline: “a disponibilidade de materiais e recursos bibliográficos, através da biblioteca digital, as opções de como trabalhar as temáticas com outros agentes da comunidade escolar, família, professores e não focar só nos alunos”. E Mariana: “espaço de compartilhamento entre pares, inclusive de modos de intervenção. Possibilidade de trabalhos viáveis no espaço escolar. Material teórico diversos e rico”. Apenas Monalisa trouxe uma crítica sobre esse modelo: “ainda não li o material enviado por não conseguir organizar meu tempo e por não funcionar tão bem remotamente por isso pra mim a teoria dada nos encontros teria melhores efeito”.

Neste contexto, a Biblioteca Virtual não apenas se configura como um repositório de conhecimento, mas também como um produto técnico significativo, por ser uma ferramenta estratégica para automatização do acesso ao aprendizado sobre educação sexual, desenvolvida com base nos princípios de aplicabilidade, originalidade, viabilidade e impacto. Essa abordagem multifacetada não só enriquece a formação contínua dos profissionais envolvidos, mas também amplia suas capacidades de adaptação às demandas educacionais contemporâneas, resultando em impactos positivos tangíveis na eficácia das políticas públicas educacionais voltadas para a sexualidade dos/das estudantes.

4.2.7 Pertinência das políticas públicas em Educação Sexual

Ao ser perguntado, no questionário final, como avalia a importância da construção de uma política pública de educação sexual em Sobral, Esdras escreveu que

Sobral é uma cidade com fluxo jovem intenso que também tenciona a normatividade de gênero e sexualidade, mas muitas vezes isso é restrito e não encontra espaço nas políticas públicas. Com as escolas integrais, a lei sobre as aulas de filosofia e sociologia nas escolas de fund. 2 e os orientadores educacionais, penso que seja espaço muito fértil pra política educacional e educação sexual, visando diminuição da evasão escolar, segurança sexual reprodutiva e saúde mental.

Karoline respondeu: “a construção de uma política pública de educação sexual seria uma forma de garantir aos estudantes o direito de educação integral, garantir acesso à saúde e diminuir violências”. Marta afirma que “é imprescindível, tendo em vista uma carência de intervenções e problematizações desse tema na educação”. Para José, “se faz importante pelas demandas que esse público tem, sobretudo nesse assunto, ainda mais porque pode ser um

disparador para mudança de algumas tristes realidades, como violências”.

Para o senso comum o principal objetivo da Educação Sexual é oferecer informações de qualidade para prevenção de gravidez indesejada, IST's e violências, entretanto essa é uma visão limitada, que ignora a necessidade de outras ações, como construção de valores e atitudes, desenvolvimento de habilidades, questionamento das relações de gênero e dos modelos conservadores de relações interpessoais. Dois educadores citaram a disseminação de informação de qualidade como benefício de políticas públicas em Educação Sexual. Monalisa escreveu que “Uma política pública levaria informação de qualidade e todos passariam a entender que a educação sexual está além de prevenir IST's e gravidez na adolescência”. Mariana endossa “Uma política pública que oferece informações de qualidade pode promover relações interpessoais mais respeitadas e menos violentas, que é justamente o que sobral precisa”. Oferecer informações de qualidade é importante, entretanto nenhum dos participantes citou diretamente as outras ações que foram abordados nos encontros, mas que não são amplamente divulgados como objetivos da educação sexual.

Raul é o único que avalia como baixa a viabilidade de praticar o que aprendeu na sua realidade de trabalho. Afirma que é “necessário encontrar brechas no cotidiano, para trabalhar esse tema sem causar um estranhamento, embora esse estranhamento faça parte do processo”. Os outros participantes avaliam como viável praticar educação sexual em sua realidade de trabalho. Possivelmente a dificuldade relatada por Raul tenha a ver com questões específicas, devido história de vida ou contexto particular das escolas em que atua. Ele é um homem gay e disse que não se sente a vontade para falar sobre isso na escola. Em outro momento, relatou que se arrepende da decisão de ter assumido esse concurso. O processo de Educação Sexual deve ser planejado e sistemático, não pode ser realizado apenas em “brechas do cotidiano”

É fundamental que os trabalhadores executores reconheçam as políticas públicas como necessárias e relevantes para o desenvolvimento social. Ao entenderem a importância dessas políticas, esses profissionais podem não apenas implementá-las de maneira mais eficaz, mas também se engajar ativamente na promoção de seus objetivos e na melhoria dos serviços prestados à comunidade. Reconhecer as políticas públicas como instrumentos que visam resolver problemas coletivos, como saúde, educação, segurança e assistência social, capacita os trabalhadores a colaborarem de forma mais comprometida e informada. Além disso, essa compreensão fortalece a legitimidade das ações governamentais e promove um ambiente de trabalho mais integrado e eficiente, capaz de responder de maneira mais efetiva às demandas e necessidades da população (Peters, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo colaborativo de pesquisa-intervenção com os orientadores educacionais em Sobral revelou-se uma experiência exitosa. A formação foi planejada segundo diretrizes internacionais, mas com grande abertura para se adaptar às necessidades dos participantes e das demandas de seus cotidianos de trabalho. Na interação com os profissionais, foi possível reconhecer que, a partir de suas histórias de vida, orientação sexual, identidade de gênero e trajetórias pessoais, cada um já atuava como profissional responsável por diversas demandas de sexualidade. Eles desempenhavam um papel crucial em temas complexos como violência sexual, muitas vezes agindo como especialistas autodidatas em sexologia, aprendendo por meio de experiências e enfrentando desafios com dedicação e comprometimento.

A formação em Educação Sexual buscou validar, aprofundar e refinar esses conhecimentos prévios e as habilidades desenvolvidas até então. Os objetivos iniciais estabelecidos foram alcançados. Houve a criação de linhas de articulação teórico-práticas fundamentais para a formação dos orientadores educacionais em Educação Sexual, adaptadas às realidades e necessidades específicas de Sobral. Além disso, foram sugeridas possibilidades concretas para a construção de políticas públicas voltadas à Educação Sexual dos/das adolescentes no município

A questão recorrente sobre como encontrar tempo e espaço para a Educação Sexual nas escolas foi amplamente discutida, resultando na identificação, durante os encontros, de diversas estratégias potenciais, como fortalecimento das parcerias com professores para integração das temáticas ao longo do currículo letivo regular e inclusão de disciplinas específicas no contraturno das escolas de tempo integral.

A formação proporcionou um ambiente seguro para a troca de experiências entre educadores, contribuindo para a construção de uma rede de apoio profissional que pode reduzir a sensação de impotência e insegurança. Embora seja reconhecida a necessidade de mais tempo presencial para apresentação de temas teóricos e para aprofundar os temas complexos abordados, a metodologia adotada mostrou-se eficaz na promoção de discussões significativas e na promoção de novas perspectivas.

A facilitadora não é trabalhadora da rede de educação e isso foi reafirmado em vários momentos, ao dizer, por exemplo, que não conhecia a realidade cotidiana das escolas municipais de Sobral como eles. Isso possibilitou abertura para que os trabalhadores apresentassem suas realidades e desafios, para assim construir conjuntamente com os outros orientadores educacionais e com a facilitadora novas reflexões, pontos de vista e possibilidades criativas.

O mapeamento das ações já existentes em Educação Sexual em Sobral revelou a existência de iniciativas importantes, embora dispersas. A proposta de sistematizar essas ações em um programa intersetorial unificado surge como uma contribuição significativa desta pesquisa, apontando caminhos viáveis para fortalecer e consolidar as práticas educacionais e de saúde do adolescente na cidade. Em síntese, o trabalho colaborativo com os profissionais do Projeto Flor do Mandacaru e com os orientadores educacionais de Sobral, embora desafiador, foi fundamental para avançar na promoção de uma Educação Sexual integral e inclusiva.

A partir dessa experiência, emerge a oportunidade de continuar aprimorando as práticas educacionais locais, visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos/das adolescentes no contexto escolar. Os documentos da assessoria ao Flor do Mandacaru, os diários de campo e as respostas aos questionários iniciais e finais da Formação representam materiais valiosos para subsidiar a criação de um projeto de política pública em Educação Sexual Emancipatória em Sobral, que visa integrar Educação e Saúde de maneira abrangente. Esses dados oferecem insights cruciais sobre necessidades fundamentais para orientar iniciativas educacionais e de saúde dos/das adolescentes.

Os orientadores educacionais emergem como potenciais protagonistas na construção dessa política integrada à saúde-educação. Com experiência consolidada no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, parcerias e encaminhamentos já estabelecidos e familiaridade com questões de Educação Sexual, mesmo que historicamente sob uma abordagem biologicista ou terapêutica-descompressiva, eles possuem competências para implementar mudanças significativas no âmbito das políticas públicas em educação. Além disso, a indicação direta desse grupo pela Secretaria Municipal de Educação para participação na pesquisa-intervenção apresentada pode demonstrar o reconhecimento de seu papel como possível grupo articulador para consolidação das políticas já existentes e criação de novas propostas.

Destaca-se o impacto dos produtos técnicos desenvolvidos: a assessoria ao Flor do Mandacaru fortaleceu as bases conceituais e práticas do projeto; a formação em educação sexual capacitou orientadores para lidar com sensibilidade e conhecimento técnico em ambientes educacionais, complementada pela criação de uma biblioteca virtual acessível e diversificada para ajudá-los a enfrentar desafios futuros; a pesquisa-intervenção gerou conhecimento relevante e práticas inovadoras replicáveis, com potencial para publicação de artigos diversos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 83-112.
- SOBRAL (CE). **Lei Municipal nº 1.704, de 26 de dezembro de 2017**. Câmara Municipal de Sobral, 2017. Disponível em: <https://transparencia.sobral.ce.gov.br/arquivo/nome:8c45a94d90e082b05629ea6185e24b1a.p df>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FIGUEIREDO, G. C. Avaliação de políticas públicas: desafios e potencialidades para a psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e232807, 2022.
- FIGUEIRÓ, M. N. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. Marília, 2001.
- FIGUEIRÓ, M. N. **Educação sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018.
- FIGUEIRÓ, M. N. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. 3. ed. rev. atual. ampl. Londrina: EDUEL, 2014.
- FISHER, C. M.; IRWIN, J. A.; COLEMAN, J. D. Exploring school health educators' perceptions of their role in implementing sexual health education in schools: a qualitative study. **Health Promotion Practice**, v. 20, n. 3, p. 438-446, 2019. DOI: 10.1177/1524839918795356.
- FREITAS, J. C. C.; MORAIS, A. O. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e análise do comportamento. **Acta Comportamentalia**, v. 27, n. 1, p. 109-126, 2019.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GIOVANELLA, L.; STEGMÜLLER, K. O SUS e seu contexto: determinantes estruturais e conjunturais da política de saúde brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1763-1776, 2018.

HORN, V. **Promoção de Saúde Mental na Escola: Estratégias e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PSE) 2019**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resultados do IDEB**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gravidez na adolescência: Saiba os riscos para mães e bebês e os métodos contraceptivos disponíveis no SUS**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/gravidez-na-adolescencia-saiba-os-riscos-para-maes-e-bebes-e-os-metodos-contraceptivos-disponiveis-no-sus>. Acesso em: 28 mai. 2024.

NUNES, C. A. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. 1996. 319 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1583285>. Acesso em: 25 mai. 2024.

PETERS, M. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social: Uma Abordagem Integrada**. São Paulo: Editora XPTO, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. **VI Semana Municipal de Prevenção à Gravidez na Adolescência de Sobral inicia nesta segunda-feira (11/03)**. Recuperado de <https://saude.sobral.ce.gov.br/noticias/principais/vi-semana-municipal-de-prevencao-a-gravidez-na-adolescencia-de-sobral-inicia-nesta-segunda-feira-11-03>, 2023.

ROCHA, A. S.; CALVETTI, P. U. Educação sexual emancipatória: uma análise crítica do papel do educador sexual. **Revista Brasileira de Educação Sexual**, v. 3, n. 1, p. 45-60, 2019.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s141498932003000400010. Acesso em: 11 fev. 2022.

SELO UNICEF. **Histórico de municípios.** Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/historico-municipios#2017>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, R. C. P.; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 2, p. 185-197, ago. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-731320060002000006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2022.

SZYMANSKI, H.; CURY, V. E. A pesquisa intervenção em psicologia da educação e clínica: pesquisa e prática psicológica. **Estudos de Psicologia**, v. 9, p. 355-364, Natal, 2004.

UNESCO. Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências.** 2. ed. revisada. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>. Acesso em 11 jan. 2022.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, v. 23, p. 127-143, 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: PESQUISA-INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL - PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Pesquisador Responsável: MARIANA ALVES DE OLIVEIRA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é comparar as compreensões dos orientadores educacionais sobre sexualidade na adolescência e sobre o papel da Educação Sexual antes e depois da intervenção formativa e tem como justificativa os dados da Pesquisa Nacional do Escolar e a relevância do tema para a saúde sexual.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: preencher dois questionários e participar da formação em Educação Sexual com certificado de 40 horas aula, com 6 encontros presenciais e conteúdo online assíncronos.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos decorrentes da participação na pesquisa são desconfortos por discutir sobre vivências profissionais e vivências da sua própria sexualidade. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. Garante-se ainda que o participante não precisa continuar a participar caso sinta algum incômodo e caso sinta algum desconforto terá suporte da equipe para escuta sobre isso.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os resultados desta pesquisa podem contribuir na quebra de tabus relacionados à sexualidade, e na formação de multiplicadores em

Educação Sexual. Para o participante, oferece uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional. Para a ciência, pretende contribuir com a literatura sobre formação de profissionais em Educação Sexual. Para a sociedade, pode contribuir na redução da violência de gênero e na construção de políticas públicas de prevenção e promoção de saúde sexual. Reforça-se ainda que os pesquisadores assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo foi pesquisado.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo a participação no processo formativo.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, comnexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Mariana Alves de Oliveira, pelo telefone (85)98817-1676, endereço Rua Coronel Estanislau Frota, 563, Centro, Sobral-Ce e/ou pelo e-mail marianadeo@hotmail.com ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UVA - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA; UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU- UVA. Endereço: Av. Comandante Mauricélio Rocha Pontes,150, Bairro Derby Clube, Sobral (CE) - Cep: 62042-280, Telefone: (88)3677-4255 /

Email: comite_etica@uvanet.br

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: PESQUISA-INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL - PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Nome do participante ou responsável Assinatura do participante ou responsável

Data: __ / __ / ____

Eu, Mariana Alves de Oliveira, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

Assinatura e carimbo do Pesquisador

Data: __ / __ / ____

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES E
NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO**

Universidade Federal do Ceará Departamento de Psicologia

Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas

Nome Completo:

Data de Nascimento:

Gênero:

Estado civil:

Profissão:

Ano de conclusão da graduação:

Ano de admissão como orientador educacional:

- 1. Como foi a sua Educação Sexual? Formal e informal**
- 2. Você já participou de alguma disciplina ou curso sobre Educação Sexual? Descreva: onde? quando? quantas horas?**
- 3. Percebe necessidade de trabalhar com esses temas no seu ambiente de trabalho?**
() Muita necessidade () Média Necessidade () Pouca Necessidade () Desnecessário
- 4. Você já desenvolveu ou vem desenvolvendo algum trabalho em Educação Sexual? Quando? Onde? Para qual série ou idade?**
- 5. Nas escolas onde você trabalha há outros profissionais que atuam nessa área? Caso sim: qual a função desse profissional? Desde quando ele atua? Para que séries ou idades? Como avalia esse trabalho?**
- 6. Descreva situações escolares que já te demandaram conhecimento e atuação em sexualidade e educação sexual**
- 7. Como se sentiu nas situações descritas acima?**
- 8. Complete a frase: Quando eu penso em desenvolver um trabalho em educação sexual, o que mais me preocupa é...**

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO FINAL DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Universidade Federal do Ceará Departamento de Psicologia
Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas

1. Como você avalia a formação?

- ótimo bom
 regular fraco

2. A formação atendeu suas expectativas?

- Sim
 Médio Não

3. Os assuntos abordados contribuíram para sua atuação como educador(a) sexual?

- sim
 médio não

4. Você tem sugestões de melhoria para esse curso?**5. Qual tópico lhe chamou mais atenção?****6. Há algum assunto que, em sua opinião, faltou ser abordado?****7. Há algum tema presente na formação que você considera dispensável?****8. Registre aspectos positivos da formação****9. Registre aspectos negativos da formação****10. Qual a viabilidade de praticar, na sua realidade de trabalho, o que você aprendeu?****11. Faça uma autoavaliação sobre sua participação**

APÊNDICE D – REGISTRO DOS DIÁRIOS DE CAMPO

DIA 1

Turno: Manhã

PLANEJAMENTO: Aplicação do questionário inicial e Roda de Conversa sobre os temas abordados no questionário

REGISTRO: Estava animada e curiosa para receber os participantes e entender a realidade e os desafios que enfrentam relacionados à Educação Sexual nas escolas em que trabalham. Os participantes foram selecionados para o curso por interesse e disponibilidade. Eles chegaram empolgados e se engajaram bem nas primeiras atividades. A partir do preenchimento do primeiro formulário de pesquisa, os convidei para refletir e compartilhar em grupo como aconteceu a educação sexual na história de vida de cada um. Expliquei que todos recebemos algum tipo de educação sexual informal ou formal. As aulas de ciência, por exemplo, são canais formais. Enquanto a pornografia e conversas com colegas são informais.

A maioria relatou que teve pouco acesso à educação sexual formal em sua história de vida, fora as aulas de biologia sobre sistema reprodutivo feminino e masculino e sobre infecções sexualmente transmissíveis. Uma das participantes relatou que ganhou um livro sobre educação sexual do pai quando menstruou pela primeira vez. Eles não conversaram sobre o livro, mas ela avalia que essa experiência influenciou de forma positiva sua vivência sexual.

Contou que durante a adolescência, tinha abertura para pedir para ele comprar seu anticoncepcional. Hoje, é mãe de uma criança e procura construir com a filha uma relação de abertura e informação, a partir do conhecimento que tem sobre sexualidade. Nesse momento de apresentação, um dos participantes se identificou como homem trans e falou sobre seus processos de aprendizagem em sexualidade e diversidade e dos receios que tem de receber maiores críticas e retaliações ao trabalhar com Educação Sexual por ser uma pessoa trans.

Sobre a formação enquanto psicólogos, em geral não tiveram aulas sobre sexualidades. Alguns deles, por interesse próprio ou necessidade de trabalho, realizaram cursos sobre sexualidade sob diferentes enfoques. De acordo com cada história de vida, orientação sexual, identidade de gênero, jeito de ser, interesses, necessidades e oportunidades, cada um se construiu como um profissional que já atende diferentes demandas em sexualidade. A roda de conversa configurou-se como um espaço para reconhecer e valorizar os conhecimentos e habilidades já desenvolvidas até ali. Com frequência, precisaram aprender na prática e por conta própria, como lidar com as demandas relacionadas à sexualidade que surgiram em seus

cotidianos de trabalho como orientadores educacionais em Sobral.

Muitos orientadores indicaram o momento de entrega dos absorventes, ação que visa promover dignidade menstrual, como uma oportunidade para trabalhar diversos temas de sexualidade, como sistema reprodutivo e papéis de gênero. A frase “a sexualidade entra na escola através das campanhas” ilustra diversas experiências em que os orientadores são convocados ou se autorizam a trabalhar com Educação Sexual de forma mais direta. A Unesco recomenda que as ações sejam contínuas, já que ações pontuais tendem a ser pouco efetivas. Pensando juntos, de forma estratégica, entendemos que as campanhas podem ser oportunidades estratégicas para construção de programas contínuos e progressivos.

Na campanha do maio laranja, para trabalhar com prevenção ao abuso sexual. A partir disso, ou por demanda espontânea, recebem relatos ou denúncias de abuso sexual. Esse foi um tema que mobilizou bastante o grupo. Na roda de conversa, contaram sobre seus primeiros contatos com essa questão na escola. Em geral foram experiências de dúvida e insegurança sobre o que fazer, alguns tiveram o apoio da gestão ou de colegas para construir estratégias de acolhimento e encaminhamento, outros já foram pressionados para não denunciar/notificar casos de abuso sexual para não “destruírem” a família ou para não prejudicar avaliações da escola.

Até o momento do curso, os orientadores lidam com as denúncias de forma independente em cada escola, sem trocar saberes e experiências com outros profissionais da mesma categoria. Com o tempo desenvolveram maior segurança sobre o que fazer, ainda assim é um tema que gera angústia e revolta nos orientadores, pelo sofrimento causado ao adolescente, como também por processos de revitimização por falta de respostas efetivas do sistema de assistência e/ou de justiça. Os orientadores compartilham o medo de participar de denúncias. Entendem que é uma parte necessária e importante do seu papel profissional, entretanto, devido também ao pouco suporte oferecido pela gestão municipal de educação e por históricos de ameaças de violência, se percebem vulneráveis.

Sobre casos de violência sexual, levantei a reflexão de que o papel da Educação Sexual é prevenir e ajudar na identificação de casos, já o cuidado posterior com os envolvidos demanda ações de diferentes frentes, além da educação, como assistência social, saúde, segurança e justiça. Para alguns é um desafio trabalhar com outros profissionais da escola, como diretores e professores, e com profissionais da rede de saúde, como enfermeiras das Unidades Básicas de Saúde ou do Programa de Saúde na escola. Descreveram situações em que esses profissionais apresentaram atitudes repressivas e/ou homofóbicas no trato de demandas individuais ou em contextos de educação sexual. Contaram como tentaram enfrentar ou

contornar isso em cada situação.

Explicaram encaminhamentos realizados às unidades básicas de saúde, para que os/as estudantes pudessem pegar camisinha ou terem acesso a consultas médicas. Aqui foi destacada a importância de adolescentes poderem acessar o posto sem precisar de autorização de um responsável: prevenção e tratamento de ISTs; uso de métodos contraceptivos e acompanhamento precoce de adolescentes grávidas. Em um dos territórios, uma das dificuldades é que os/as adolescentes só podem acessar a unidade, por conta própria, a partir dos 14 anos.

Na fala de cada um foram se empilhando diferentes parcerias e fluxos já estabelecidos em cada escola: Programa Saúde na escola PSE, Casa da mulher sertaneja, Conselho tutelar, Flor do Mandacaru, parcerias com graduações e pós-graduações, como o Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Contaram também sobre o medo de abordar de forma mais direta os temas de sexualidade e serem rejeitados pela comunidade de pais e responsáveis. Veem Sobral como uma cidade marcada pelo conservadorismo religioso, que se apresenta na normalização de atitudes machistas e homofóbicas.

Uma das participantes relatou que os professores, ao ficarem sabendo da formação em Educação Sexual, fizeram piadas sobre o tema no grupo de profissionais da escola.

O receio em implementar iniciativas de educação sexual em Sobral é enraizado na realidade da violência urbana nos territórios das escolas públicas e por ameaças pessoais já vivenciadas por alguns orientadores. Eles parecem se ver confrontados com a dualidade do medo: enquanto pode servir como um mecanismo de proteção contra possíveis represálias e consequências negativas, também tem o poder de paralisar a ação e minar esforços necessários

Esse primeiro encontro tinha como objetivos conhecer os profissionais e seus desafios para a partir disso reavaliar o que já estava planejado para o curso e organizar os próximos encontros de acordo com as necessidades apresentadas.

Durante as apresentações iniciais de cada um, comecei a apresentar e dialogar sobre Educação Sexual e conceitos relacionados de forma fluida, usando exemplos trazidos pelos participantes. Procurei destacar que eles já "faziam" Educação Sexual, por vezes trabalhavam até como especialistas em sexologia e que no grupo de orientadores havia uma rede potencial de troca de experiências e crescimento conjunto.

Foi destacada entre eles a necessidade do curso e a relevância deste acontecer durante o horário de expediente e fora da escola, onde poderiam se dispersar com outras questões. Durante esse primeiro encontro e nos próximos, alguns precisaram se ausentar do curso e justificaram a ausência por adoecimento ou por situações urgentes na escola, que o impediam

de se dedicar ao curso.

DIA 1

Turno: Tarde

PLANEJAMENTO: Abordar o tema “A quem cabe a tarefa de educar sexualmente o aluno: à família ou à escola?”. Nessa atividade, retirada do livro Formação de Educadores Sexuais de Mary Neide Damico, os participantes foram divididos em dois grupos, em que um deveria defender que a educação sexual cabe somente à família e o outro deve defender que essa deve ser também uma tarefa da escola.

REGISTRO: Após preparação nos dois grupos, cada grupo escolheu dois representantes. Então fizemos a dramatização de uma reunião entre um casal de pais conservadores que defende que a Educação Sexual é tarefa da família e duas psicólogas que defendem que a Educação Sexual deve ser também tarefa da escola. Nessa atividade, "os pais" trouxeram vários argumentos conservadores, por vezes contraditórios. As psicólogas defenderam, a partir da legislação, a necessidade de a escola realizar atividades de Educação Sexual.

Depois da atividade conversamos sobre os sentimentos despertados e as estratégias utilizadas para tentar dialogar com pais conservadores. Vimos que muitas vezes a postura dos pais, nesse contexto, é agressiva e descredibiliza os profissionais na tentativa de defender seus pontos de vista. Na dramatização parece mais confortável desempenhar o papel dos pais conservadores do que dos profissionais. Enquanto profissionais, aparecem sentimentos como dúvidas e insegurança sobre o que fazer, raiva pelas agressões sofridas e medo de retaliações. Em grupo, discutimos estratégias para manter a calma e tentar construir o diálogo com os pais, tentando aproveitar essa oportunidade educativa.

Conversamos sobre até onde avançar e em que momento parar de insistir nesse diálogo 1 a 1 e construir propostas educativas com a comunidade de pais e responsáveis de forma mais ampla. Neste ponto, surgiram ideias de como começar a abordar esse tema nas reuniões de pais das escolas. Para o grupo que iria representar os profissionais compartilhei 2 documentos: Declaração dos direitos sexuais da WAS e as Orientações técnicas internacionais em Educação em Sexualidade da Unesco. Não era possível ler os textos na íntegra no encontro presencial, mas fizemos um contato inicial com essas diretrizes que podem trazer mais segurança ao exercício profissional.

Foi destacada a importância de trabalhar de forma alinhada com a gestão, sempre que

possível, também para construir mais sensação de segurança.

Outra possibilidade apresentada foi incluir a Educação Sexual como um tema a ser discutido nas reuniões do Plano Político Pedagógico. O problema é que tendem a pensar em iniciativas isoladas, mesmo tendo sido apresentado no início e reforçado em outros momentos que a Unesco, baseada em uma extensa revisão de pesquisas, recomenda que as ações em Educação Sexual sejam planejadas ao longo do tempo de forma sistemática e contínua, já que ações pontuais tendem a ser pouco efetivas.

Pouco engajamento na parte mais prática da atividade. Ao final perguntei o que achavam dessa atividade e se tinham sugestões de como melhorar esse momento caso existisse uma próxima turma de formação. Uma das alunas propôs que fosse feito um esquema com as melhores respostas para cada objeção dos pais. Expliquei que não existem respostas corretas universais, isso depende do jeito de ser de cada orientador e também das singularidades de cada contexto em que estão inseridos. Por não terem se engajado tanto na primeira dramatização e por limitação de tempo, escolhi apenas explicar a segunda proposta de dramatização planejada. Foi um momento rico para entrar em contato com o medo de reações negativas da comunidade de pais e responsáveis e de troca de estratégias desenvolvidas por cada um no cotidiano escolar.

Reorganização do curso a partir do que foi vivido no primeiro dia:

DIA 2

Turno: Manhã e tarde

PLANEJAMENTO: Reorganização do curso a partir do que foi vivido no primeiro dia. Usamos as situações reais relatadas por eles no questionário inicial para abordar os subtemas da Educação Sexual: (1) Cuidando dos Relacionamentos; (2) Questões de Gênero; (3) Prevenção à violência; (4) Saúde Sexual e Reprodutiva.

REGISTRO: Iniciamos com a definição de Educação em Sexualidade pela Unesco. Depois conversamos sobre os pontos da BNCC que indicam a necessidade de trabalhar Educação Sexual na escola, para além de prevenção de infecções, violência e gravidez indesejada. Assegurar legitimidade desse trabalho segundo a BNCC é mais uma forma de enfrentar os medos associados a esse trabalho. Ao conversarmos sobre esses pontos, vimos possibilidades de parceria com professores tanto em disciplinas obrigatórias, como também em disciplinas no contraturno nas escolas de tempo integral. Conversamos mais sobre os desafios enfrentados nessas parcerias, como desinformação e preconceito.

Foi discutida a necessidade/possibilidade de iniciar o trabalho sensibilizando e

educando professores e gestão sobre Educação Sexual e seus subtemas, com o objetivo de alinhar o que é Educação Sexual, importância e estratégias. Depois dividimos os subtemas que cada um ficaria responsável por trabalhar no último encontro e apresentei a proposta da "biblioteca virtual", documento eletrônico, construído exclusivamente para a formação, com mais de 60 links ou indicações de videoaulas, podcasts, livros digitais, seriados, quadrinhos, diretrizes e legislações. A biblioteca foi criada com o objetivo de fornecer o conhecimento necessário sobre cada um dos temas, em diferentes formatos. Não conseguiríamos esgotar os subtemas em sexualidade na formação, então criei essa ferramenta para que eles se aprofundem aos poucos, com autonomia, de acordo com os interesses ou necessidades de cada profissional e cada realidade escolar. Então, aprofundamos os subtemas que tiveram mais destaque no questionário inicial, a partir das situações reais registradas.

DIA 3

Turno: Manhã

PLANEJAMENTO: Cada um dos participantes irá escolher um dos 15 subtemas de acordo com interesses e necessidades. No intervalo entre esse encontro e o anterior, cada um deve preparar uma aula com até 20 min de duração para seus colegas, com metodologia expositiva-dialogada, de acordo com a divisão de temas. Essa atividade, chamada Microensino, tem como objetivo praticar o uso de estratégias próprias da educação sexual e dessensibilizá-los para falar sobre esses assuntos.

REGISTRO: As contribuições dos participantes me surpreenderam positivamente. Eles se dedicaram a construir dinâmicas e apresentações realmente adaptadas para o contexto escolar em que estão inseridos. Usaram materiais disponíveis nas escolas, como cartolina e fitas adesivas, buscando superar possíveis dificuldades com a solicitação de materiais novos e exclusivos para Educação sexual. Demonstraram segurança ao falar dos temas e ao facilitar cada dinâmica. Ao final de cada apresentação, abriram-se diversas possibilidades de diálogo e troca com os colegas. Todos pareciam empolgados por aplicar as técnicas demonstradas pelos colegas, em sua realidade escolar. Teria sido bom ter mais tempo para conseguir fazer cada dinâmica com calma e falar de cada tema sem pressa.

A partir das contribuições de cada um, vimos diferentes metodologias que podem ser aplicadas de acordo com os interesses e jeito de ser de cada profissional. Foi destacado mais uma vez como Educação Sexual é muito maior do que prevenção de adoecimento e de gravidez indesejada. Também falamos de temas que são importantes para Educação sexual, mas que não

precisam citar sexualidade, em contextos em que isso geraria muita resistência. Inclusive, eles já trabalham esses temas como habilidades socioemocionais, são exemplo: comunicação, assertividade, relacionamento, respeito, valores pessoais...

DIA 3

Turno: Tarde

PLANEJAMENTO: Aplicação do questionário de Avaliação e Fechamento do curso.

REGISTRO: Tivemos pouco tempo para aplicação do questionário e roda de conversa de avaliação e fechamento. Teria sido melhor ter mais tempo para conversar sobre a experiência do curso. Rapidamente eles avaliaram o curso e sua metodologia de forma positiva. Me senti mal pela limitação de tempo, me perguntei se teria como dar mais carga horária presencial ao curso. Decidi não tentar aumentar a carga horária presencial pois já estava com um prazo curto para concluir o relatório e a defesa do mestrado. E lembrei que a biblioteca online foi criada como parte do curso e que lá eles poderão ter mais aprofundamento nos subtemas. Os orientadores vivem demandas e contextos parecidos e experimentam vulnerabilidades e sentimento de impotência semelhantes, que vêm também do isolamento de cada um em cada escola. A formação em Educação Sexual buscou ser um primeiro passo para construção e fortalecimento de uma rede de troca de experiências, conhecimentos e crescimento conjunto dos Orientadores Educacionais em ações relacionadas a sexualidade.